

DIREITO À IMAGEM DE POVO: A ASCENSÃO DO SUJEITO DE CIDADANIA. O CASO BRASILEIRO

Maria Inês Chaves de Andrade*

Resumo. A tessitura da imagem de povo que hoje o tecido virtual enreda nas redes sociais, para além do que a retalham os retalhos da moralidade pública televisionados a partir do que experimentam os sentidos, dá-se à representação mental do que seja aquele povo e a necessidade de responsabilizar-se quem o representa, então, os membros dos Poderes que do povo emanam e em seu nome devem ser exercidos, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, pelos danos que se lhe impõe à sua imagem de povo diante do planeta, demanda premente dos cidadãos brasileiros em face da corrupção, pelo que a contemporaneidade suscita a criação de novos limites para o direito à imagem e dela à representatividade.

Abstract. The tessitura of the image of people that today the virtual contexture entangles in social networks, far beyond the way in which it is retaliated of the shreds of public morality televised by those who experience the senses, it is also given a mental representation of what that people is and the necessity of being held responsible on whom they are represented by, still, the members of the Powers which emanate from the people and in their name must be exercised, the Executive, the Legislative and the Judiciary, due to the damages that are imposed on the image of the people before the planet, it is a pressing demand of Brazilian citizens facing corruption, which is the core reason why

* Mestre em Ciências Jurídico-Internacionais pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Doutora em Filosofia do Direito pela Faculdade de Direito da UFMG. Vice-Presidente da ONG “O Proaço”.

the contemporaneity raises the siege of new limits for image rights and its representativeness.

Palavras-Chave: Direito à imagem. Evolução. Proteção. Corrupção. Ofensa. Representantes. Povo. Interesse jurídico. Sujeito de cidadania. Dano moral. Indenização.

Keywords: Image rights. Evolution. Protection. Corruption. Offense. Representatives. People. Legal interest. Subject of citizenship. Moral damage. Indemnity.

Sumário. 1. Questão fática. Contornos jurídico-legais e jusfilosóficos. 2. Evolução normativa e normação evolutiva: historial objetivo e demanda objetivada. 3. Da ofensa ao direito à imagem de povo. 4. Imagem de povo e os aspectos do comprometimento da brasilidade imagética. 5. A adequação da ideia de imagem enquanto atributo social para a configuração do interesse jurídico do povo. 6. O povo como sujeito de cidadania e o limite ético do dever de o representar. 7. A corrupção da imagem de povo e a conjuração constitucional fraterna. 8. A ação popular como instrumento de justiça e paz social na singularidade cidadã pelo resgate da imagem de povo. 9. Conclusão. 10. Referências bibliográficas.

Prefacialmente esclareça-se que a hipótese que suscita o desenvolvimento da ideia aqui disposta diz respeito não à imagem do povo, como se se pretendesse atribuir personalidade jurídica a ele, mas à imagem de povo, adstrito ao direito à imagem constitucionalmente reconhecido do cidadão brasileiro, este agora tomado na dimensão transindividual da singularidade que o dilui na totalidade coletiva, para dizer que esta é a extensão da afronta ao direito à imagem que se conforma na atualidade, exigindo reparação. Veja-se.

1. QUESTÃO FÁTICA. CONTORNOS JURÍDICO-LEGAIS E JUSFILOSÓFICOS.



ntes de tudo o mais, é necessário que se apresente os contornos da questão que ora propomos à Ração, em virtude do que vem constringendo o povo brasileiro, tomados os fatos públicos e notórios que denunciam atos administrativos, políticos e judiciais que o atingem no bem que integra sua honra, sua identidade e sua dignidade¹, a imagem do povo brasileiro propriamente dita.

Ora, ao povo brasileiro não vem correspondendo os que o representam e o comprometem hoje perante o mundo, nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, representando a si mesmos, em afronta ao que se infere dos arts. 1º, III, e 5º, V e X, da Constituição Brasileira, imputando-lhe dor, sofrimento, tristeza, vexame e, como não dizer, humilhação perante o mundo. Exemplificativamente, os efeitos desta lesão à imagem a que se refere aqui já os podem medir os povos da Síria, do Iraque, do Irã, da Líbia, do Sudão e do Iêmen, inibidos em seu trânsito porquanto nivelados todos como se povos terroristas fossem em sua generalidade, comprometidos tenham sido por subjetividades radicais islâmicas no Poder. O patrimônio imaterial brasileiro, a imagem da qual se utiliza a Federação brasileira nas oportunidades em que a imagem do povo promove o Estado, como tenha sido, há pouco, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, foi vilipendiado. O fato é que o povo brasileiro, ou as pessoas do povo que o compõem em suas singularidades cidadãos, deve zelar por sua

¹ Aqui seja bastante o basilar à questão, tomar-se honra como medida moral da conduta que permite o gozo do bom conceito de si junto à sociedade; identidade como o conjunto de características físicas e morais que distinguem as pessoas em suas singularidades, mas, por via dialética, transcendem para as afinar, umas com as outras, racionalmente, no reconhecimento da igualdade na diferença; e dignidade, com a consistência que lhe deu Kant, na defesa de que a norma primordial de conduta moral é que, em tudo o que faz, deve o homem sempre tratar a si mesmo e a seus semelhantes como fim e nunca como meio.

imagem diante do planeta. Zelar pela proteção de seus direitos de personalidade, estes constitutivos de sua identidade brasileira, porque atinentes à promoção de sua cidadania na defesa de sua essencialidade e dignidade² humanas, enquanto povo mesmo, sob pena de estimular a irresponsabilidade e a impunidade daqueles que o expõem, atentam contra si e o ridicularizam, moral e eticamente. Esclareça-se, de todo modo aqui, que se inscreve o povo à cidadania prática, portanto, ou seja, a que se refere ao exercício de direitos e deveres de todos os cidadãos em um Estado, de forma coesa e de maneira a possibilitar-lhe participar, objetiva e definitivamente, da vida e do governo.

A evolução do direito à imagem no percurso histórico evidencia-se como nunca, conformada esteja, hodiernamente, sua importância no seio constitucional brasileiro, em face da previsão, no inciso X do artigo 5º, da Constituição da República, seja a previsão de indenização de natureza moral por sua mácula, demonstrando, com tal exigência pela tutela normativa, que as reivindicações sociais dão-se por uma proteção efetiva do direito à imagem, que ora se sobrepesa, em face do progresso tecnológico, seja o próprio conceito de imagem enquanto atributo distinguir-se da imagem enquanto retrato propriamente dito, ampliando, como se vem distendendo, o objeto de proteção que não mais se pode relativizado, mas afirmado, definitivamente, na extensão que ora assume.

O fato é que o direito à imagem vem avocando uma posição respeitosa no contexto dos direitos da personalidade, na

² “(...) temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como que venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.” SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*, 5ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p.62.

medida em que, historicamente, amadurece a preocupação com a imagem propriamente dita. A questão remonta ao tempo da invenção e do desenvolvimento da fotografia, esta que, de súbito, promoveu a confecção da imagem instantânea e sem que fosse necessária a anuência prévia do indivíduo para tanto, quem, até então, precisava dispor-se a posar para a realização de pintura, desenho e escultura, providências de realização de imagem possíveis antanho. A partir daí, a violação desse direito tem-se tornado cada vez mais perceptível dando a ver outras formas de se lhe verificar, exigindo, portanto, pauta de estudos mais avançados e a se adensarem sobre o tema. Tal demanda já se inscreveu no apontamento de que o “direito, em concepções processuais democráticas, cuidará desses intrincados entornos que, decerto, estão a merecer estudos continuados em prol de uma concepção de **HOMEM** que não se circunscreva nos ditames de uma história ou de simbolizações linguísticas que ainda não foram integralmente problematizadas”³.

De toda maneira, é imprescindível aqui esclarecer-se que para se abordar o tema do direito à imagem de povo, o conceito de imagem a ser tratado no âmbito desta abordagem não diz respeito à proteção constitucional da imagem propriamente dita, como retrato, portanto, apartando-se a análise inadequada fosse sobre a expressão física, mas, antes, proteção da imagem como atributo, ou seja, a apresentação social que se faz a partir do que, retratado, expõe a face do povo em face mesmo da decomposição ética de seus representantes, e é aí, por sinonímia necessária, que se impõe a retratação indenizatória. Afinal, não é ao indivíduo, aquele que se pode individualizado, “a pessoa humana, considerada quanto às suas características particulares, físicas e psíquicas” que se refere aqui, mas ao homem público que se adjectiva assim porquanto representante do povo e que, deste modo se apresentando, tem em si, enquanto figura de representação, a

³ LEAL, Rosemiro Pereira. Processo como teoria da lei democrática, Belo Horizonte: Fórum, 2017, p. 75-76.

responsabilidade de reproduzir a forma plástica-moral da eticidade que expõe a vontade do povo disposta na lei e na Constituição.

Ora, a proteção do direito à imagem, defronte da expressiva evolução tecnológica e seus reflexos na sociedade, nos dá a exata dimensão da distensão necessária a exigir providências legais em face da demanda ética que se conforma na atualidade. Demanda ética porquanto o Estado que habitamos⁴, o *Éthos*, nossa morada comum, seja dele o povo seu elemento constitutivo conjuntamente ao território onde detém soberania, vem se apercebendo, formalmente, dos prejuízos que se lhe imputa a imagem das subjetividades representantes que se decompõem. Demanda ética porquanto se não esteja a discutir consciências particulares de certo e errado e de justo e injusto, mas apenas moralidades que resvalam para além da órbita da intimidade que lhe garante, também, o direito, comprometendo o *Éthos*, na medida que promovem o ilícito.

O Estado põe-se como objetivo das vontades dos indivíduos que dele são membros, vontade do povo que se expressa na Constituição da República com toda desenvoltura legislativa que lhe decorra. Ora, a substância do Estado é, pois, ética sendo que a substância da ética é a liberdade⁵, não a liberdade enquanto

⁴ *Éthos* como “residência, morada, lugar onde se habita”, ver VIANA, Mário Gonçalves. *Ética geral e profissional*, Porto: Figueirinhas, [s.d.], p. 7. Os romanos não procederam a distinção entre *êthos* e *éthos*, como o fizeram os gregos, traduzindo ambos os termos por *mos* – costume e *mores* – costumes, o que explica a confusão de seu uso indistinto de modo a tomar ética por moral. A “mos” e “mores”, donde deriva “moral”, corresponde *êthos*, portanto, consciência particular de certo e errado e de justo e injusto. Heidegger toma a casa, a morada, o habitar, também, no relevo desta distinção etimológica entre *êthos*, costume, e *éthos*. De todo modo, pontua que “hábito” e “habitação” compartilham da mesma raiz, dando a dimensão ética da existência em toda a sua complexidade e eficácia. Por isto, deflui, a partir de Foucault, a proposição da ética como “estética da existência”. Ver FIGUEIREDO, Luís Claudio. *Foucault e Heidegger. A ética e as formas históricas do habitar (e do não habitar)*, São Paulo: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, outubro de 1995, p.139-149.

⁵ Para esta análise do Estado como substância ética e a eticidade como concreção da liberdade na unidade do mundo objetivo e da consciência subjetiva, ver SALGADO, Joaquim Carlos. *A ideia de justiça em Hegel*, São Paulo: Loyola, 1996, p. 391 e segs.

livre arbítrio absoluto, pois, mas a liberdade enquanto autonomia da vontade, em respeito à lei, para a promoção de uma coexistência igualmente livre entre todos os cidadãos, com a constrição igual das subjetividades, dado que a liberdade absoluta já comprovou-se sendo ausência total de liberdade⁶. O que se quer dizer com isso é que o Estado decorre da liberdade e a realiza, na eticidade condensada entre o mundo objetivo e a consciência subjetiva. Assim, a racionalidade precisa irromper, definitivamente, da dialética entre o princípio da ordem objetiva do Estado e o princípio da subjetividade, para realizar, afinal, o propósito da democracia como regime de governo⁷.

Não há mais como se admitir, no plano de consciências particulares de certo e errado e de justo e injusto, portanto, de

⁶ Aponte-se que Hegel já revelara o “terror”, no momento histórico da Revolução Francesa, quando o tríptico da liberdade, igualdade e fraternidade se apresentou como demanda para que o conflito estabelecido, então, desse a experimentar a afirmação unilateral e abstrata da subjetividade ou da liberdade no seu significado mais radical, pondo a sociedade e o indivíduo diante do seu próprio fim. “A liberdade individual, em nome da qual a Revolução se pôs em processo, viu-se à beira da extinção enquanto liberdade de cada um refletida em si mesma e isoladamente, e mostrou-se, diante da possibilidade da sua extinção, como necessidade de ser liberdade de cada um e de todos. A subjetividade chegou ao seu extremo, pondo em risco a possibilidade do social e, com isso, da ordem da unidade dos indivíduos. É nesse momento que salvar a liberdade de cada um significa salvar a liberdade de todos e salvar a liberdade de todos, salvar o social. Salvar o social, a vida em comum dos sujeitos, de homens livres, salvar a ordem, que só nela é possível a liberdade enquanto não seja a liberdade de um indivíduo, mas de todos, foi a tarefa da razão na história” (Para tanto, SALGADO, ob.cit., p. 488-489).

⁷ Ao Direito cabe não apenas promover a coexistência articulada de arbítrios, tomado o livre arbítrio aqui apenas como uma nuance da ideia de liberdade, mas uma coexistência efetivamente livre onde o homem realiza o ser humano que é, sendo. O homem, em si racional, tem de fazer-se racional para si e reconhecidamente humano, reconhecer o outro, a si no outro e a si a partir do outro. E isto se dá pelo Direito, na sua ideia de Justiça, através da História, de um homem que, livre à medida que domina a natureza, agora, se vê nela como ente natural que requer sua própria dominação para, conclusivamente, apor-se livre e, criando as próprias leis, as que se submete por vontade, concluir a liberdade efetiva, no concílio entre livre arbítrio, domínio da natureza e autonomia da vontade. A fraternidade realiza-se, afinal, como potência máxima da liberdade e da igualdade. Para vislumbrar-se a fraternidade a partir desta perspectiva, ANDRADE, Maria Inês Chaves de. *A fraternidade como direito fundamental – entre o ser e o dever ser na dialética dos opostos de Hegel*, Coimbra: Almedina, 2010.

moralidades subjetivas, o trato de valores que, transcendentais, pertencem ao povo e não se admitem adstritos a ninguém que nenhum compromisso com o povo tem, ao arrepio do que objetivamente assume, legal e constitucionalmente, agindo por si no comprometimento de todo o povo a que representa.

Desta maneira posta, a configuração jurídica que ora se quer dar forma, adensando a abordagem da imagem como atributo, portanto, a revelação social do que se retrata, expõe o interesse jurídico do povo.

2. EVOLUÇÃO NORMATIVA E NORMAÇÃO EVOLUTIVA: HISTORIAL OBJETIVO E DEMANDA OBJETIVADA.

No Brasil, a preocupação com a proteção do direito à imagem insinua-se já na Constituição do Império (1824) que, implicitamente, a entendia sob a proteção da inviolabilidade do domicílio porquanto respeitante à intimidade, até alcançar a Constituição da República (1988), influenciada pelo diploma espanhol de 1978 e pela Carta Portuguesa de 1976, a que passou por revisão em 1982, proclamando, afinal, a proteção ao direito à imagem, de forma expressa e efetiva, elevando-a à condição de bem constitucionalmente assegurado, elencado no rol dos direitos e garantias fundamentais⁸.

Assim sendo, desde a instauração da nova ordem constitucional no Brasil, em 1988, tem-se atribuído, definitivamente, autonomia ao direito à imagem que, por isto, não se subordina a nenhum outro direito da personalidade, cabendo ao Estado,

⁸ Por um esboço histórico mais consistente, cf. in ORSINI, Adriana Goulart de Sena; SANTIAGO, Mariana Ribeiro; FÉLIX, Ynes da Silva. *Teoria dos direitos fundamentais*, Santa Catarina: XXIV Encontro Nacional do CONPEDI/UFS, 2015, ANGELLA, Fábio Luiz; CARRA, Cesar Augusto. *Evolução do direito à imagem: breves considerações acerca de sua proteção no direito constitucional positivo e no comparado*, p. 4-20. Disponível em www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/3a01aj5a/1y7TZ0uxK7hC1b1j.pdf Acesso em 10.08.2017.

portanto, não o criar, estivesse, ainda, a depender da confecção de lei constitucional ou ordinária⁹, mas reconhecê-lo a partir da maturação da Razão no percurso da História que o vem revelando na profundidade que vai adquirindo e a nós nos abisma.

Seja algum historial comparado necessário à exposição da ideia, tomemos o primeiro caso, dito emblemático e ocorrido em 1905, nos Estados Unidos, e que se refere à imagem enquanto atributo, qual seja o Pavesich X New England Life Ins. Co. 50 S.E. 68, versando, objetivamente, sobre a imagem publicitária de um jovem bem apessoado que teve sua imagem estampada em um jornal, ao lado de um homem maltrapilho, com a seguinte legenda “Do it now. The man who did”¹⁰. Tal publicidade intentava difundir a ideia de que uma boa imagem, fosse representar um jovem bem sucedido na vida por ter contratado a apólice de seguro com a companhia seguradora responsável pela publicidade, era muito melhor que a do outro, em situação de miserabilidade. A decisão naquela altura fora inovadora, dado que a Corte Suprema da Geórgia entendeu que não era, apenas, a reprodução não autorizada da imagem a única capaz de caracterizar ato ilícito, mas, também, a mensagem atrelada à fotografia que se atribuía ao modelo, verdade que a ele não lhe pertencia.

Assim parametrizado, tem-se que, desde então, a caracterização do ato ilícito adstrito à imagem distende a compreensão da ilicitude à mensagem que a ela se adere, caracterizando ela, também, uma ofensa ao direito de imagem propriamente dito, o texto imagético em sua completude dado à compreensão. Perceba-se que ao produto, ainda, fica aderida a imagem daquele que o compromete, com o dano se conformando, por óbvio. Ou seja, a imagem tomada como instrumental concreto o é, tanto de promoção positiva como negativa, tendo no homem público,

⁹ BITTAR, Carlos Alberto. *Os direitos da personalidade*, 6ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 7.

¹⁰ Para tais apontamentos de casos elencados aqui, cf. TORRES, Patrícia de Almeida. *Direito à própria imagem*, São Paulo: LTr, 1998, p. 26.

portanto, o endosso do que representa enquanto povo representado, e a este povo imputa o dano moral diante da perda na confiança relativamente a ele enquanto endossante das pretensões públicas.

A partir de ponto de vista outro, também, há a ponderar-se que ao povo não estaria adstrita necessariamente uma mensagem difamatória se se tratasse apenas da imagem de seus representantes em situação comprometedora e vexatória, não pudéssemos, exemplificativamente, tomar o caso *Tolley X J.S. Fry and Sons, Ltda.* (1931), All E.R. 131 (H.L), em que uma marca de chocolate utilizou-se da caricatura de um jogador de golfe amador e seu *caddie*, ambos com uma barra de chocolate em seus bolsos. O dano moral que se pôs à discussão na altura verificou-se sobre o fato de o jogador não ter conseguido profissionalizar-se no esporte, tanto sua imagem ficara atrelada ao amadorismo, por conta da publicidade. A *House of Lords* entendeu que cabia ao *jury*, então, a decisão sobre o reconhecimento do caráter difamatório da utilização publicitária da imagem¹¹, que decidiu, afinal, afirmativamente, de que houvera sim o uso indevido da imagem do jogador e que tal a ele ocasionou prejuízo. Agora, onde lê-se chocolate, leia-se, ainda, mala de dinheiro¹² e a desmoralização do povo resvalada da degenerescência moral do homem público cuja imagem, de caráter difamatório, os atrela a ambos, os representados ao representante, e dá a experimentar o prejuízo.

Outro caso que merece ser apontado por pertinente foi o que, em 1902, mobilizou o Tribunal de Seine, o que relevou, pela primeira vez, o interesse social, então possibilitando a fotografia

¹¹ TORRES, 1998, p. 27.

¹² Mera referência possível à adequação do caso brasileiro de que tratamos, pelo que *despiciendo* distender-se aqui, exemplificativamente mais, muitos sejam os fatos e atos que, comprovadamente, via imagem do homem público, cuja publicidade o revela moralmente decomposto, compromete a imagem de todo o povo que representa. Ponha-se, de todo modo, a exigência por uma interpretação crítica com a devida medida da inteligência compreensiva para que se se aperceba do dimensionamento da questão.

de uma pessoa, mesmo sem sua autorização, desde que se tratasse de indivíduo que, em razão de sua função, profissão, natureza de seu serviço, ou notoriedade presente ou passada, suscitasse interesse especial. De todo modo, o que nos interessa apontar deste fato é que na reprodução da fotografia, anote-se, havia de se respeitar o limite do prejuízo que não poderia ser imputado, em hipótese alguma, ao retratado¹³. Portanto, da imagem exposta não poderia decorrer prejuízo ao que restava retratado ali, tendo o homem público, portanto, de responsabilizar-se pela dimensão do que se retrata a partir de si, o povo.

Assim sendo, o ponto de vista que se sustentava sobre a assunção daquele mirante legal já possibilitava vislumbrar-se a questão que agora se quer objetivada, porquanto, imanente ali estivesse a imagem enquanto atributo social a se comprometer sob a imagem promovida do retratado acaso desmoralizado, trazendo prejuízos evidentes, como se pode verificar que os representantes trazem este valor agregado ao povo que representam pelas circunstâncias de seus cargos de representação, nunca sendo vistos como apenas a si mesmos, senão em seu significado público.

No Estado brasileiro, procedeu-se uma evolução da jurisprudência na busca pelo reconhecimento do direito à imagem, mesmo implicitamente, enquanto ainda dependente de outros direitos como à vida, ao domicílio e à intimidade, dada à ausência de sua menção literal como direito, sem tutela expressa, até então. De todo modo, reafirme-se que a primeira Constituição a trazer o direito à imagem, no cômputo de seus artigos, foi a Constituição Portuguesa, esta que, a partir de 2 de abril de 1976, fez constar em seu artigo 26 que: a todos são reconhecidos o direito à identidade pessoal, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e representação, à imagem e à reserva de intimidade de vida privada e familiar.

¹³ PRADA, Vicente Herce de la. *El derecho a la propia imagen y su incidencia en los medios de difusión*, Barcelona: Bosch Editor, 1994, p. 16.

Na sequência, a Constituição Espanhola, de 26 de dezembro de 1978, influenciada tenha sido, efetivamente, pelo artigo 26 da Constituição Portuguesa, reconhece o direito à imagem na dicção de seu artigo 18: é garantido o direito à honra, à intimidade da pessoa e família e à própria imagem, e ambas as duas, as Constituições da Espanha e Portugal, terminaram por influenciar os constituintes brasileiros de 1988, estes que cuidaram, afinal, de proteger a imagem de forma expressa, dado que, até então, do período de 1824 a 1969, as Constituições remanesceram todas silentes a propósito.

Influenciada, pois, pelas Constituições portuguesa e espanhola, a Constituição de 1988¹⁴ assegurou uma proteção que, entendemos, sugere a acolhida de nossa proposição, porquanto discipline, em seu Título II, os direitos e garantias fundamentais, fundados sobre o princípio da humanidade¹⁵, na tomada do homem como fim em si mesmo, relevada a dignidade como fundamento do Estado brasileiro, com a garantia, no art. 5º, X, da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, “assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

Urge, portanto, que seja promovida uma proteção efetiva dos direitos de personalidade, concebendo meios de tutelar todos os atributos inerentes ao brasileiro, conforme proclama a Constituição Cidadã, como colunata para a sustentação da defesa à sua imagem, seja o enlevo da dignidade humana na condição de um valor fundamental do povo desde 1988.

3. DA OFENSA AO DIREITO À IMAGEM DE POVO.

¹⁴ Para uma historiografia constitucional adensada, ver ALMEIDA, Agassiz. *Glória política de um império tropical: a formação do constitucionalismo brasileiro*, Revista de Informação Legislativa, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, ano 38, nº 149, jan.-mar., 2001, p. 91-110.

¹⁵ Anote-se que “a expressão humanidade pode ser empregada basicamente em dois sentidos: em sentido vulgar, significando o coletivo de seres humanos; e, em sentido filosófico, significando a qualidade de humano, de ser humano”. BROCHADO, Maria. *Direito e ética: a eticidade do fenômeno jurídico*, São Paulo: Landy, 2006, p. 121.

Ora, é evidente que a evolução tecnológica vem promovendo agressões ao direito à imagem conformando conflitos que requerem solução judiciosa, seja esta ameaça à imagem de povo que se confirma cada vez mais severa, reclamando a providência de encontrar-se uma resposta adequada para a defesa deste direito, seja a necessidade premente de nossa preservação na sociedade globalizada. Obviamente, se não está a referir ao uso de imagem sem autorização do povo por imprópria, mas ponto de vista a ser incluído como ofensa ao direito à imagem porquanto o uso de nossa imagem de povo esteja atrelado à imagem daqueles que nos retratam, vez que retratados em sua representação de nós, tomado que sua degenerescência moral comprovada em atos de corrupção nos compromete e o atributo social prejudicado é tanto danoso como de danoção.

Tem havido uma inversão dos valores constitucionais do que se quer, o querer racional conformado na manifestação volitiva transcendental do povo, parametrizada pelo dever ser e a prevalência do interesse social sobre o interesse individual, pelo que a demanda conformada não se trata de buscar pela proteção da imagem sem autorização, pois, mas responsabilizar-se aquele que exerce sobre a opinião pública notoriedade capaz de motivar interpretações¹⁶, sendo inevitável ampliar-se sua proteção, como também o próprio conceito de imagem, abrangendo as características de personalidade e das relações sociais (inciso V do artigo 5º), imagem-atributo, portanto, adstrita à imagem do representante do povo, por isso, imagem deste povo mesmo.

Ora, é fato incontestado que o direito à imagem, face ao progresso das tecnologias de comunicação e à importância que

¹⁶ *A influência da imagem do Brasil nas atitudes com relação a produtos brasileiros* já vem promovendo estudos para fomentar atitudes de *marketing* e para verificar-se se a imagem do Brasil favorece ou prejudica os produtos brasileiros. Cf. v.g., desta forma intitulado, artigo de GIRALDI, Janaina de Moura Engracia e CARVALHO, Dirceu Tornavoi. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/read/article/view/40160> Acesso em 5.8.2017.

a imagem adquiriu no contexto informativo, bem como pela potencialização das formas de sua captação e difusão, vem-lhe promovendo uma grande exposição, agregando-lhe valores e desvalores expressivos.

Diz-se dos direitos da personalidade que são direitos subjetivos, absolutos, indisponíveis, inalienáveis, intransmissíveis, imprescritíveis, irrenunciáveis e impenhoráveis. Sendo, assim, os direitos da personalidade asseguram à pessoa a defesa do que lhe é próprio, ou seja, sua integridade física, intelectual e moral. Assim, por que se não dizer que a integridade moral do povo brasileiro, na coalização de direitos subjetivos que se assomam no relevo de um direito subjetivo próprio, inerente ao fato de ser cidadão da República do Brasil, seja a órbita patrimonial imaterial, transcendente, singular e concretizada na coletividade, resta maculada?

Diante disto, tem-se que a proteção jurídica desse direito não pode se restringir apenas à cessação dos atos que perturbam e desrespeitam a integridade moral do povo, o que se quer com a criminalização - como a que vem sendo patrocinada pela sociedade brasileira - mas, averiguada a existência da lesão, que se determine o ressarcimento dos danos morais que experimenta em sede de patrimônio imaterial de povo pela decomposição de sua imagem a partir de seus representantes que a si não lhe refletem.

Tomemos a definição da imagem como "*toda sorte de representação de uma pessoa*"¹⁷, de modo a se aperceber da ideia de que a imagem engloba não apenas o aspecto físico, mas, também, exteriorizações da personalidade em seu conceito social, dentre o que a reputação indissociável de seu titular. Assim, a partir da Constituição da República, onde necessariamente estão explicitados todos os elementos integrantes do ajuste de vontades de um povo, a pessoa que representa este mesmo povo é

¹⁷ MORAES, Walter. *Direito à própria imagem*, 1ª Edição, São Paulo: Saraiva, 1977, p.742.

responsável por sua imagem, com prevalência do interesse social, ou seja, com o direito coletivo em sua amplitude máxima sobrepondo o direito individual. Quanto ao consentimento temos que o povo o dá a seu representante para o uso de sua imagem porquanto a incorpore, mas o uso desta imagem não pode ultrapassar os limites da autorização, que se conforma quando há a corrupção deste representante, porquanto degenerada a expectativa no curso do que se esperava dele e corrompida a imagem vez que nada mais do povo reflete.

Esta forma de violação do direito à imagem importa em culpa indenizável, observada a lesão de caráter moral, sendo a violação esta que se nos expõe mais agressiva, dentro de contextos noticiados, onde a imagem identifica o representante ao povo, criando vínculo de associação, de imediata e longa memória, a nos comprometer sem dimensionamento. A proteção jurídica à imagem é fundamental, pois preserva o povo e os componentes essenciais de sua personalidade e do respectivo patrimônio imaterial, pelo valor que representa, inquestionavelmente.

De nossa parte, entendemos que as violações do direito à imagem de povo impõem ao representante-agressor a obrigação de reparar os danos sofridos, de modo a compensar o prejuízo moral suportado. O dano moral repara a perda de um bem jurídico declarado, seja o princípio de nossa dignidade humana. Ademais, é preciso que com a reparação aos danos se adense aí um desestímulo a novas práticas abusivas perpetradas por aqueles que se inscrevem a nos representar com objetivos outros que não este.

Ora, se a vida privada precisava ser obstada à indiscrição alheia, a vida pública precisa ser blindada à corrupção privada, sob pena do comprometimento, também, do direito à honra e porque não dizer do direito à identidade de povo. O conceito de "imagem social", como um conjunto de características sociais dos indivíduos que somos e nos caracteriza socialmente enquanto cidadãos brasileiros num todo é preocupação que se

conforma.

4. IMAGEM DE POVO E OS ASPECTOS DO COMPROMETIMENTO DA BRASILIDADE IMAGÉTICA.

Dano à imagem de povo, direito imaterial e coletivo, difuso face à amplitude necessária que atinge, é questão tormentosa que ora se apõe diante da doutrina bem como se submete a julgadores (Ação Popular nº 1007.133-64.2017.4.01.3800 – 13ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária de Minas Gerais), mas há que se exigir mesmo à Razão - em face do que se nos apresenta de novo o percurso ético, ante o diagnóstico desta patologia criminosa que atingiu os Poderes da República do Brasil - que se enfrente a corrupção da essência humana, comprometidos estejamos pelo privilégio da aparência desse bicho-homem e seu apetite econômico-financeiro e moral de predador desumano, no estiramento da dicotomia viva que somos, animal racional, quando a efetivação dos direitos humanos, todos eles já positivados constitucionalmente, é a grande demanda de nosso tempo¹⁸. Ademais, a constituição do povo brasileiro, essencialmente, emana da Constituição da República do Brasil, e não se há como hoje distingui-las sob pena de pôr-se a enfrentar a Razão, hermenêuticas tendenciosas, portanto, passionais, que vem acolhendo uma absoluta ingerência jurisprudencial ao arrepio da doutrina, também, desmoralizando a imagem do povo brasileiro.

A pessoa humana, na condição de sua dignidade, seja a substância da Constituição que a constitui cidadã, ante o que vem vendo degenerar-se, tamanha indignidade sugere o utilitarismo que se impõe para querê-la meio de realização de outrem e não fim em si mesma, vê comprometer-se o patrimônio imaterial continente de sua imagem, sua em todo cidadão do Estado

¹⁸ Para tais distinções entre bicho-homem e ser humano, ANDRADE, A fraternidade como direito fundamental, ob. cit., onde se expõe, também, a dialética entre essência e aparência.

brasileiro em sua *persona*, constituindo-se, a partir desta cidadania de consistência humana, o povo, pois, sujeito de cidadania, no cômputo da totalidade dos sujeitos-cidadãos a reclamar, objetivamente, pelo dano que lhe impõe a representação imoral sob a medida objetiva da moralidade pública. Ora, não se há como não se reconhecer o dano à imagem do povo brasileiro, na moldura fática da corrupção que o expõe corrompido em sua representação, quando já sedimentado o entendimento de que até as pessoas jurídicas são detentoras de patrimônio imaterial, exatamente no que tange a seu nome e imagem perante o mercado, sendo que o Código Civil Brasileiro estabelece em seu art. 52: “aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos de personalidade”, quando, no âmbito dos tribunais, a matéria já resta pacificada, seja o enunciado sumular nº 227, da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual “a pessoa jurídica pode sofrer dano moral”.

O sofrimento em face do dano moral e os efeitos desse dano extrapatrimonial à imagem da coletividade dos cidadãos brasileiros exige efetiva proteção e a necessidade de reconhecimento dele em face de sua amplitude, pelo que se tem a nos abalizar a pretensão o fato de que:

A ampliação dos danos passíveis de ressarcimento reflete-se destacadamente na abrangência da obrigação de reparar quaisquer lesões de índole extrapatrimonial, em especial as de natureza coletiva, aspecto que corresponde ao anseio justo, legítimo e necessário apresentado pela sociedade de nossos dias. Atualmente, tornaram-se necessárias e significativas para a ordem e a harmonia social a reação e a resposta do Direito em face de situações em que determinadas condutas vêm a configurar lesão a interesses: juridicamente protegidos, de caráter extrapatrimonial, titularizados por uma determinada coletividade. Ou seja, adquiriu expressivo relevo jurídico, no âmbito da responsabilidade civil, a reparação do dano moral coletivo (em sentido lato).¹⁹

¹⁹ MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. *Dano moral coletivo*, São Paulo: LTr, 2004, p. 134.

A prova da lesão da imagem do povo brasileiro ou de seu desprestígio é tão completa como inequívoca e convincente. A lógica do razoável reconhece o dano moral no vexame e humilhação que põem em risco absurdamente o comportamento cotidiano, dada a aflição, a angústia e os medos reais que se conformam na projeção de um futuro incerto²⁰, tamanha guarida o *status quo* promova para si pela manutenção de tudo quanto repugna a Razão. Ora, não se há como desmerecer a pretensão que se inscreve porquanto se a dissesse que “mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada” do tecido social para dizer que o direito à imagem do povo brasileiro estaria fora da órbita do dano moral, interpretando-se a demanda pela providência objetiva como busca por indenização em face de “trivial aborrecimento”. O direito à imagem de povo é essencial e irradia o respeito por si mesmo e o que se exige em sede de dever ser, o cumprimento das normas legais e constitucionais por aqueles que se inscrevem a representá-lo enquanto membros dos Poderes, os que em nome do povo emanam e em seu nome devem ser exercidos, conectados que estejam os cidadãos como sujeitos de direitos fundamentais, quaisquer que sejam eles, quando o povo, enquanto compacto de cidadãos, se reconhece, então, como sujeito de cidadania a pleitear por todos como um só, dado que o plúrimo se unifica quando é a imagem que a si diz respeito enquanto este todo que se compromete, rogando pela distensão da compreensão tanto do sujeito como do direito à imagem que a si lhe deve ser reconhecido.

Imagem de povo, pois, que de nossa parte conceituamos como o conjunto de qualidades que o mundo atribui aos membros de uma nação territorializada, sua representação significada a partir da imagem que projeta e com a qual se identifica, a que se revela a partir da relação entre indivíduo e comunidade,

²⁰ Pela conformação de sintomas caracterizadores do dano moral, cf. *TJDF – 1ª T. – A.p. 2004.01.1062485-0 – Rel. José Guilherme de Souza – j. 07.06.2005 – DJU 01.07.2005 – RT 838/284.*

particularidade e universalidade, entre diferença e identidade, até a afirmação da subjetividade autônoma na pertença comunitária de uma cidadania.

A ideia que se faz do povo, a sua imagem, alimenta-se de nutrientes midiáticos que hoje potencializa a imagem enquanto consciência ilustrada, texto imagético que toma o *homo videns*²¹ como evolução do *homo sapiens*, quando a imagem realiza a ideia e a oferta inteira à compreensão, pelo que se não há mais como lidar com a imagem do representante do povo como mera projeção singularizada a partir da experiência personalizada, mas antes a coletivização do entendimento a propósito de valores e princípios que sustentam uma dada comunidade e se veem comprometidos nele.

A tessitura da imagem de povo que hoje o tecido virtual enreda nas redes sociais, para além do que o retalham os retalhos morais televisionados a partir do que experimentam os sentidos, dá-se à representação mental do que seja aquele povo. Mas, realismo ou idealismo²², o fato é que já se não mais suscita a controvérsia outrora entabulada - ou seja, se tudo que se conhece é exatamente o que se oferta ao conhecimento ou se o conhecimento das coisas depende do sujeito que as conhece por não haver realidade fora da consciência – dado não mais importar se

²¹ SARTORI, Giovanni. *Homo videns: la sociedade teledirigida*, Madri: Santiliana, 1988.

²² Para o realismo, a realidade é tal como é, independente, portanto, do sujeito que a observa, sempre atribuindo a realidade e o conhecimento ao objeto. Quaisquer ideias ou sensações que possam divergir entre sujeitos distintos tem necessariamente seu início em algo advindo da realidade. Como autores que abordam e sustentam essa teoria, aponte-se Thomas Reid, Adam Ferguson e Dugald Stewart. No Idealismo, diferentemente, as coisas existem enquanto podemos pensá-las ou percebê-las e a realidade não é a coisa em si, mas a imagem da coisa formada na consciência do sujeito e, neste âmbito, diz-se só poder conhecer-se o que se converte em pensamento, que abstrato, se oferece como ideia. Alguns dos principais autores dessa teoria são Platão, Berkeley e Hegel. Para uma descrição e discussão a propósito de tais concepções metafísicas da matéria, *bem como para a proposta de uma nova caracterização acerca da metafísica contemporânea*, BERGSON. Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*, São Paulo: Martins Fontes, 1999.

experiência ou ideia, o imagismo concreto - chamemo-lo assim - instaurado oferece tudo, provocação e sentimento, texto e interpretação e há de suscitar, portanto, preocupação em todos os domínios do conhecimento já que se pretende verdade real comunicada. Portanto, por este ponto de vista, não estaria fora da égide do Direito. Imagem adquirida como gerada, toda forma de expressão da ideia de povo vale à promoção e geração de riqueza bem como de prejuízo para o país onde se assenta aquela população que fala a mesma língua, tem costumes e interesses semelhantes, história e tradições comuns. Portanto, é economicamente mensurável tanto, positivamente, a partir da atração de capitais, seja em sede de turismo e relações diplomáticas, por exemplo, quanto, negativamente, a partir da suspensão de investimentos até então no Estado realizados e a seu povo destinados.

Na medida em que os representantes do povo, os membros dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, sejam aqueles que personificam o povo diante do mundo, são criminosos, a criminalidade toma a face que ao povo o apresenta e o compromete, sendo desmensurada a ruína, dado que o reflexo desta imagem, também, acolhe comportamentos selvagens no ambiente doméstico que se explicam a partir dos mesmos representantes e tudo se justifica porque “cada povo tem o governo que merece”. Os poderes emanam do povo, os poderes são corruptos; logo todo povo é corrupto. Assim, por silogismo óbvio, todos os cidadãos daquele povo são corruptos e merecem estar sob os escombros. Deste modo posto, o dano ao direito à imagem de povo é objetivamente aferível, eticamente plausível e juridicamente comprovável. O direito à imagem do povo brasileiro foi violado e tamanho dano há de ser ressarcido e precisa ser exigido à Razão.

Podemos mensurar, a partir da dicção de Carlos Alberto Bittar Filho, o dano moral coletivo que se constitui difuso na extensão da cidadania brasileira e atenta contra nosso patrimônio de valores, contra a própria cultura brasileira em seu aspecto

imaterial, a partir dos seguintes parâmetros conceituais a propósito:

(...) é a injusta lesão da esfera moral de uma dada comunidade, ou seja, é a violação antijurídica de um determinado círculo de valores coletivos. Quando se fala em dano moral coletivo, está-se fazendo menção ao fato de que o patrimônio valorativo de uma certa comunidade (maior ou menor), idealmente considerado, foi agredido de maneira absolutamente injustificável do ponto de vista jurídico: quer isso dizer, em última instância, que se feriu a própria cultura, em seu aspecto imaterial. Tal como se dá na seara do dano moral individual, aqui também não há que se cogitar de prova da culpa, devendo-se responsabilizar o agente pelo simples fato da violação (*damnum in re ipsa*)²³.

O ferimento da cultura em seu aspecto imaterial, diga-se, diz respeito, também, e sobretudo, perceba-se, à antinómia que se inscreve ao enfrentamento da natureza, ou seja, do bicho-homem pelo ser humano como resultado de um percurso histórico que assenta a Razão realizada até aqui na Constituição da República Federativa do Brasil e do que o povo brasileiro não se afasta porque proclamada nela tudo que conhece como valor transcendente e tudo quanto reconhece como sua vontade de povo.

Não à-toa, de André de Carvalho Ramos²⁴ agregue-se à consciência hodierna tudo o que se oferece à conciliação entre entendimento e compreensões:

(...) é preciso sempre enfatizar o imenso dano moral coletivo causado pelas agressões aos interesses transindividuais. Afeta-se a boa-imagem da proteção legal a estes direitos e afeta-se a tranquilidade do cidadão, que se vê em verdadeira selva, onde a lei do mais forte impera.

²³ BITTAR FILHO, Carlos Alberto. *Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico brasileiro*. Disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30881-33349-1-PB.pdf> Acesso em 15.08.2017.

²⁴ RAMOS, André de Carvalho. *Ação civil pública e o dano moral coletivo*, São Paulo: Revista dos Tribunais, Revista de Direito do Consumidor, nº 25, jan./mar. 1998, p. 80-98.

(...) Tal intranquilidade e sentimento de despreço gerado pelos danos coletivos, justamente por serem indivisíveis, acarretam lesão moral que também deve ser reparada coletivamente. *Ou será que alguém duvida que o cidadão brasileiro, a cada notícia de lesão a seus direitos não se vê desprestigiado e ofendido no seu sentimento de não pertencer a uma comunidade séria, onde as leis são cumpridas? A expressão popular 'o Brasil é assim mesmo' deveria sensibilizar todos os operadores do Direito sobre a urgência na reparação do dano moral coletivo.*

Deste modo abalizados, ponhamo-nos dispostos a uma profilaxia eficaz e racional, seja já há muito ter sido feito o diagnóstico desta patologia que se explica desde a formação do Brasil a propósito da corrupção nas bases morfológicas de nosso Estado. Para tanto, releve-se a dicção do Prof. Aloízio Gonzaga de Andrade Araújo:

(...) nossa memória atávica política, não obstante a Constituição e as leis, compreende o Estado em larga escala como propriedade privada dos governantes, sem diferenciar muitas vezes o público do privado, em face da formação, sob o aspecto de processo do Estado Brasileiro, que nasceu propriamente com as Capitanias Hereditárias, doadas pelo Rei de Portugal a seus próximos apaniguados nobres, que as podiam colonizar como propriedades privadas. Esta memória atávica virou costume político, que, em geral, aceita a corrupção dos altos servidores públicos, pelo que, praticamente normalizado e normatizado numa ordem normativa costumeira paralela, é difícil de ser erradicado pela ordem normativa jurídica brasileira²⁵.

A profilaxia para a lida da questão que se nos põe, então, dá-se pelo atendimento ao povo, extreme de cuidados fundamentais a propósito de seus direitos fundamentais, com receituário constitucional e instrumentalização legal, e a que a corrupção não pode atingir em extensão metastática, porquanto inerente ao indivíduo que individualmente deve ser apenado pela prática dela, sejam as tipificações penais que se lhe cabem, quando o prognóstico da degradação política que se projeta é de tal forma

²⁵ ARAÚJO, Aloízio Gonzaga de Andrade. *O direito e o estado como estruturas e sistemas: um contributo à teoria geral do direito e do estado*, Belo Horizonte: Movimento Editorial da Faculdade de Direito da UFMG, 2005, p. 495.

angustiante, neste processo catabólico de desgaste do tecido social, que como povo não podemos, simplesmente, admitir que outros cidadãos desta mesma estrutura orgânica que compomos juntos, sobretudo porque Membros dos Poderes estatais representantes de nós, se autorizem a nutrir-se da própria carne como num processo autofágico de destruição do Estado brasileiro.

5- A ADEQUAÇÃO DA IDEIA DE IMAGEM ENQUANTO ATRIBUTO SOCIAL PARA A CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE JURÍDICO DO POVO.

A sociedade de hoje não é a mesma de nossos pais porque o mundo foi adaptado ao excesso do homem. Erigiu-se um segundo mundo sobre o mundo de então: o mundo tecnológico, o mundo virtual, o paralelo das redes sociais que capturam tudo quanto seja possível e expandem informações de modo que o que se acha a respeito hoje de um povo, não é o que se achava antigamente dado que não se trata de exercício de opinião a partir de uma experiência singular ou de ouvir dizer, mas vivência em tempo real, sofrimento e regozijo por adesão, à confecção midiática da ideia enquanto imagem e sob o influxo da opinião pública que não se confunde com a vontade do povo, esta que a Constituição brasileira reflete, concretamente.

Miracy Gustin, citando Agnes Heller, já afirmara: “Todas as necessidades devem ser reconhecidas e satisfeitas, com a exceção daquelas para cuja satisfação exija-se que um homem seja meio para outro homem”²⁶.

O sociólogo italiano Giovanni Sartori, então citado, conforma a tese de que o *homo sapiens* está sendo destronado pelo *homo videns*. O primeiro é caracterizado, para além do mais, pelo uso da linguagem. Sartori concorda com o filósofo Ernst

²⁶ HELLER, Agnes. *A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999 *apud* GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. *Das necessidades humanas aos direitos*: ensaio de sociologia e filosofia do direito, Belo Horizonte: Del Rey, 1999, p. 63.

Cassirer (1874-1945) ao afirmar que os homens são essencialmente caracterizados por sua atividade simbolizante, “a habilitade de comunicar por meio de sons articulados e sinais significativos”²⁷. A partir daí, Sartori toma que tanto o pensar como o saber do homem são construídos em linguagem e através da linguagem e que com o advento da televisão, o desenvolvimento do homem foi interrompido e revertido, pois ao ser estimulado o pensamento concreto ligado à imagem na tela, temos atrofiado o dom da abstração e compreensão do mundo e de conceitos ligados a processos mentais abstratos. Isto corresponde dizer que a imagem comunica de pronto, sem exigir esforço mental à compreensão dos fatos. Portanto, a adensação da imagem enquanto texto imagético comunicado à suficiência concreta da ideia se verifica, inexoravelmente, e exige trato à altura²⁸.

Outrossim, a proteção do direito à imagem a declara a Constituição da República de 1988, de forma crassa, na condição de bem constitucionalmente assegurado, elencado esteja dentre os direitos e garantias fundamentais.

Exposto o interesse jurídico nestes moldes, temos a relevar que após o advento do novo Código Civil brasileiro em 2002, o cidadão passou a ter uma proteção especial, não apenas uma proteção de cunho patrimonial, mas, sobretudo, uma proteção à sua dignidade, revelando a norma que ínsito o princípio da dignidade da pessoa humana, amoldando-se, afinal, aos ditames da

²⁷ SARTORI, ob.cit., p. 24.

²⁸ Aqui, aponte-se das teses de Aristóteles desenvolvidas n’A Política a antecipar o sobrepeso da abordagem que se exige neste momento, aquela que toma o advento da linguagem como condicionante à fundação da Pólis e a constituição do animal político na medida em que valores e definições de bem e mal podem ser discutidos, proporcionando a definição de padrões sociais de comportamento e de direitos e deveres, dado que o homem se distingue dos animais na medida em que é capaz de linguagem, sendo que é no domínio da linguagem que a vida em sociedade é possível e a política se organiza. Para tanto, PEREIRA, Américo. *Da ontologia da “polis” em Platão*, Coleção Lusofonia, Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2011.

Disponível em

http://www.lusosofia.net/textos/pereira_americo_ontologia_da_polis_em_platao.pdf
Acesso em 28.07.2017.

Constituição Federal de 1988. O diagnóstico axiológico da codificação brasileira demonstra a fragilização de valores essencialmente patrimoniais, característica do Código Civil de 1916, então fomentado para atender uma sociedade agrária, tradicionalista e conservadora, na medida que veio acolher, substancialmente, o ser humano e sob a égide de uma Constituição Cidadã, como sói ser reverenciada.

O direito à imagem, elencado tanto dentre os direitos de personalidade bem como contida no rol de direitos fundamentais, aponta o fato de que o direito à imagem de povo propriamente dito tanto se afirma no âmbito do direito privado como no direito público, o que se deu, exatamente, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, porquanto tenha o direito à imagem assumido a natureza jurídica de direito fundamental de caráter personalíssimo. Dizer-se do direito à imagem de povo, na sua amplidão coletiva máxima, decorre da valoração da cidadania e sua natureza indivisível, assumindo-se, definitivamente, a proposição de que a Carta Magna entabula uma relação entre a titularidade do povo e os direitos que lhe são inerentes, enquanto indivíduos sob a mesma égide, e os titulares do poder, o povo mesmo, quando este, tripartite, Executivo, Legislativo e Judiciário, é delegado em virtude do vínculo de representação, cabendo ao mandatário então, apenas, perscrutar pela efetivação daqueles direitos, no formato de uma democracia indireta, cuja delegação submete-se, objetivamente, às normas jurídicas consequentes da vontade do povo mesmo. Assim sendo, veja-se que como direito fundamental, primeiro a exigência da tutela da imagem se conforma para todos os cidadãos porquanto atingidos em sua honra, boa fama e respeitabilidade, a projeção de sua personalidade moral²⁹, quando a finalidade do direito é garantir mesmo sua proteção em face dos Poderes em si, corporificados

²⁹ Neste sentido, cf. DURVAL, Hermano *apud* LIMA, Arnaldo Siqueira de. *O direito à imagem: proteção jurídica e limites de violação*, 2ª ed., Brasília: Universa, 2005, p.19.

nas representações de seus membros; e como direito da personalidade, a tutela dá-se com o intento de se acolher o cidadão em face de seus representantes que, privatizando interesses, portanto, agindo como particulares, tomam o exercício dos Poderes para si. Esta filigrana intelectual para a compreensão do direito à imagem de povo dá-se, exatamente, em face do conluio entre grupos econômicos e políticos que vem trazendo para o cidadão brasileiro constrangimentos racionais, tanto o tome como meio de realização de fins outros afora os constitucionalmente proclamados³⁰. Desta maneira posta, tanto cabe ao Direito reprimir a ilicitude perpetrada por membros dos Poderes, bem como se entender invocado contra os particulares que se adiram ao homem público que, ora personificado em sua degenerescência moral, compromete a representação, para ela se desqualificando, seja a assunção de interesses privados em detrimento do povo.

6- O POVO COMO SUJEITO DE CIDADANIA E O LIMITE ÉTICO DO DEVER DE O REPRESENTAR.

³⁰ Demanda-se, pois, pela promoção de uma revolução dialética entre aparência, a partir da oposição de classes sociais que insistem em destoar os homens e a essência humana, cuja alienação em Deus se supera na efetivação dessa essência por meio do Estado, que O encarne racionalmente, potencializando a ideia de liberdade, vez que a essência humana, transcendente e imanente, possa vir à tona na medida de nosso próprio reconhecimento de nós através dos outros. O vício de se diluir a essência religiosa na essência humana sana-se, porquanto se a essência humana não é algo abstrato, interior a cada indivíduo isolado, mas como realidade, apresenta-se no conjunto das relações sociais, a essência real, humana, se manifesta através dos Outros e se materializa na trajetória histórica, superando-se a cisão fixada a partir do sentimento religioso em si mesmo e na pressuposição de um indivíduo humano abstrato, isolado para o conjunto das relações sociais que tece a humanidade. O “sentimento religioso” como produto social e o indivíduo, também, determinado pela sociedade, enquanto moralidade, portanto, a partir da fraternidade como direito fundamental afina-se eticamente dado que a vontade transcendental conformada na positividade dos direitos humanos exige que a Razão promova a eficácia da essência humana, então alienada em Deus. Para tanto, cf. ANDRADE, Maria Inês Chaves de. *O fraternalismo como síntese entre o idealismo de Hegel e o materialismo histórico e dialético de Marx*, Revista Jurídica Luso-Brasileira, Ano 1 (2015), nº 6, p. 1077-1112 e Belo Horizonte: Revista *Meritum*, v. 10, nº 1, jan./jun., 2015, p. 199-237.

Agora, convém-nos elucidar, definitivamente, que se não está a pretender reconhecer personalidade jurídica ao povo, mas é importante que se releve o liame estabelecido, este que racionalmente quer inscrever o povo enquanto sujeito de cidadania, a partir do cidadão, na dimensão de sua totalidade transindividual, de modo a tomar cada sujeito de direito num todo como partícipe ativo da governança a que se submete, através do direito e do instrumental jurídico, sobretudo reconhecendo esta demanda sob a compreensão de que o processo é instrumento de justiça e paz social ou, no dizer de Calmon de Passos, o direito é efetivamente alternativa ao uso da força bruta³¹, pondo-se Direito e Processo, então, pelo povo e por uma dominação legítima face a uma resistência, também, legítima que se conforma a enfrentar o que tem sido representado de si sendo outro. Deste modo posto, ao repugnar sua representação, da forma como se vem revelando, esta que a corrupção comprometeu e ao povo não mais faz corresponder sua representatividade, questiona o povo os Poderes que em seu nome se não mais realizam e expõem sua integridade cidadã, de modo a reconstruí-la sob os escombros do Poder que de si emana, a partir do compromisso com a própria imagem de povo e sua afirmação definitiva como sujeito de cidadania.

Ora, o povo não se trata de pessoa, natural ou jurídica, mesmo, portanto, se o não está a inscrever como pessoa, seja como for, mas como se perfaz do conjunto dos cidadãos, pessoas naturais, portanto, dotadas de vontade, é nesta associação cidadã, enquanto sociedade brasileira, que, individualmente, até atingir toda sua extensão em face à congruência coesa do direito à imagem que se quer reconhecido a cada um, que o povo se inscreve como sujeito de cidadania, solidamente e pela solidez da relação com o governo, porquanto esteja o Estado, como

³¹ Cf. PASSOS, J. J. Calmon de. *Tutela jurisdicional das liberdades*, Revista Eletrônica de Direito do Estado (REDE), Salvador: Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 16, outubro/novembro/dezembro, 2008.

Disponível em <http://www.direitodoestado.com.br/rede.asp> Acesso em: 12.04.2016.

pessoa jurídica, a que cabe a conciliação do político e do jurídico, à prova, no enfrentamento deste organicismo estatal, imiscuída a vontade particular dos agentes públicos na vontade do Estado. Tem-se que o Estado como pessoa jurídica nasce, exatamente, através da ideia de povo como unidade, relevada a vontade da coletividade que agora quer demonstrar a vontade individualmente considerada em seu todo na transcendência do direito à imagem de cada um, conectado ao outro constitucionalmente como cidadão. Neste diapasão, como seu elemento, o povo reconhece uma vontade própria adstrita ao Estado, mas sabe desta vontade que formada com sua participação, também, e quer promover o estiramento dessa consciência tanto a vontade estatal esteja se confundindo com a vontade dos agentes públicos em detrimento de si. Assim sendo, não enquanto sujeito, em sentido estrito, buscando pela capacidade em face da ordem jurídica, que o povo se apresenta como sujeito de cidadania, mas porque toma cada cidadão contido nele como pressuposto de capacidade jurídica para que, através das singularidades cidadãos, como sínteses da consciência do povo, inscreva seu pleito ao direito à imagem de povo porque ele, em cada cidadão do Estado brasileiro, resta comprometido. Sujeito de cidadania, pois, é o cidadão sujeito à sua vontade de povo seu.

Anote-se aqui que a partir de Foucault, temos o povo inscrito mesmo como novo elemento dos mecanismos de poder e como sujeito político a que se confere inteligibilidade e, ao mesmo tempo, reconhecimento como unidade de medida para as ações do Estado. A biopolítica, como a batiza Michael Foucault, parte da noção de população, inserindo-a no jogo das relações de poder e saber porquanto adstritas a ela as noções de sociedade e indivíduo, operadas pela teoria do direito, fazendo com que o povo exsurja como corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, quase inumerável e a quem interessa a eficácia de todos os direitos fundamentais para a efetividade da realização da vida humana. Daí, ele constrói a definição da biopolítica enquanto

fundamento das relações de poder nas sociedades modernas e que se verifica quando se tem o poder disciplinar orientando-se no sentido de sua individualização e o poder regulamentador se orientando no sentido da promoção da vida à toda população e os efeitos e os processos gerados pela vida em conjunto³².

A vontade do povo, então - esclareça-se - não se confunde com a vontade psicológica de cada um dos cidadãos em suas individualidades, não se confundindo com opinião pública, pelo que é racional e nos afina, transcendendo dos conflitos morais para nos submeter a todos, igualmente, enquanto expressa na lei e na Constituição da República. Na medida em que a pacificidade do povo confunde-se com passividade, os representantes que a si se representam em desatendimento objetivo das demandas do povo, provocam a ira da população, o povo em seu contingente de irracionalidade, quando a demanda por um limite ético para legitimar a atuação do Estado diante de seu povo se torna exigente da Razão.

Como titulares de direitos e obrigações perante o Estado, pois, sejam os cidadãos computados nas singularidades que se coletivizam num povo, a cidadania inerente à pessoa humana e a quantas pessoas humanas sejam as que o perfazem nesta coletividade unitária, quer-se elemento na relação jurídica para discutir a representação de si. O povo participa do trinômio que compõe o Estado e como a ofensa que se conforma afronta a vontade deste povo, desta coletividade de cidadãos que habitam o território brasileiro, pelo próprio Governo, através de autoridades governantes e de representantes que não se legitimam diante de quaisquer parâmetros legais que se lhes ponha, o povo como sujeito coletivo de direito quer-se instrumentalizado, de modo a que, juridicamente, possa reagir à opressão, à imputação de moralidades autocráticas pelas providências políticas que se dão na compatibilização de interesses outros. O sujeito coletivo

³² Para tanto, cf. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976), São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 292-293.

de direito, então, torna-se, inexoravelmente, sujeito de direito coletivo em seu sentido amplo, difuso, pois, tanto esteja comunicada sua transindividualidade pela indeterminabilidade do contingente dos sujeitos titulares, havendo de se apor, enfim, em face da intensa conflituosidade, a que o exercício deturpado dos poderes vem promovendo sem trégua e solução, e a ressarcibilidade indireta que lhe cabe em face do dano à sua imagem de povo, o *quantum debeatur*, valor da indenização que a si deve ser destinado pela afronta, tanto objetiva como objetivada, à cidadania.

Povo é sujeito de tipo coletivo singular na língua portuguesa, adstrito ao cidadão que o compõe, motivando, em face da cidadania e da concordância *ad sensum*, o verbo na primeira pessoa do plural, nós, ou seja, dá-se à pluralização verbal, pelo que, exemplificativamente, deixa anotar: meu povo precisamos reagir, também, contra a corrupção. Encontra o povo, pois, no processo e no direito, instrumento objetivo de reação seja a Ação Popular, através da singularidade cidadã.

Então, tem-se que a ascensão do sujeito de cidadania que se quer aqui enfatiza o princípio da dignidade da pessoa humana e o direito à imagem de povo inerente à singularidade cidadã porquanto partícipe deste mesmo povo que a coletiviza, de maneira a reconhecê-la como sujeito de direito nesta pluralidade unitária, pelo que se põe como limite ético necessário a observar-se para a legitimar, a atuação do Estado através de quem o representa, ligados por uma relação de cidadania, portanto, fato inderrogável.

O povo como sujeito de direito, nestes moldes apresentado, articula-se nas exigências de sua dignidade, num momento em que como vulgarmente diz-se “estão queimando nosso filme”. A gravidade dos fatos estendeu-se de tal forma que atingiu não uma coletividade, mas toda ela na dimensão do povo, difuso o direito que se conformou decomposto em face da decomposição moral de representantes cuja imagem não

corresponde aos representados. Em verdade, existe a demanda a partir da perspectiva de construção de um sistema democrático que incorpore mesmo a noção de povo como este sujeito propriamente dito de direito, seja sempre a supremacia do interesse público sobre o interesse privado aquando do exercício de poder e sempre a indisponibilidade do interesse público pelo particular, nomeado para tal exercício, dado que este poder, que se exerce em nome do povo, se realiza por interesse irremediavelmente vinculado a uma finalidade pública, à qual o representante do povo é serviente em qualquer hipótese. E isto não se está a concretizar pelo que o processo e o direito se inscrevem, definitivamente, como instrumental objetivo do povo brasileiro para conformar reação racional afora toda violência que se projeta, tanto exigida pelas circunstâncias como exigente do povo, a que sempre defluiu do processo histórico por óbvio e sem que a ela se antecipasse o instrumental inibidor das subjetividades autoritárias e corruptas.

Ensejando, segundo o inciso X do artigo 5º, indenização de natureza moral, a imagem declara sua importância no seio constitucional, pelo que urge grassar maior progressão da tutela normativa que, agora, quer estender-se ao povo.

Ora, Rosemiro Pereira Leal, ante as progressistas revoluções científicas, estas mesmas que potencializam o direito à imagem, dialeticamente apondo-se da imagem sua fragilização potencializada, aponta que a desterritorialização “verificada no Estado telemático por mobilidades em espaços que, compreensivos, não permitem o esclarecimento (problematização) dos seus fundamentos estruturantes” promove a alienação do homem no “entupimento do espaço físico por uma dinâmica de ‘aparecimento’ de coisas”, dada à dispensa de qualquer compreensão da existência, inibindo o compartilhamento de sentidos, o que “leva à fragmentação do espaço-humano que não é físico, nem cibernético.”³³

³³ LEAL, ob.cit., p. 76.

Esclareça-se, sobretudo, que a desterritorialização a que se refere aqui, é a que se nos apontara Heidegger: o homem difere do animal por construir seu próprio espaço no ‘fazer aparecer’ de sua ação prática. Ora, Rosemiro Leal faz ponderações, a que nos serve muito bem, a partir destes apontamentos, a propósito das constrações que sofrem as subjetividades que, “googleadas”, veem-se inibidas de adentrar territórios outros, senão permanecerem onde sejam cidadãos, porquanto o texto que comunicam de si, no espaço midiático onde creem “espaço de liberdade no espaço estriado das redes telemáticas”, autorizando-se a falar e a fazer o que quiserem, serve-lhes ao comprometimento da liberdade. E isto para dizer do quanto a imagem resvala para além das fronteiras do Estado e, se suficiente a constranger um sujeito de direitos a despertar interesse do Direito Internacional quanto à sua proteção, obviamente, deflui no constrangimento, a partir dos representantes do povo, a todo povo representado neles, dado o comprometimento, de forma coesa, dos direitos de personalidade adstritos às subjetividades cidadãos, coletivamente, exigindo, também, distensão do alcance das normas jurídicas nacionais³⁴.

O dano moral como afronta à dignidade humana toma, então, diante da corrupção dos representantes do povo, a dimensão necessária a se vislumbrar o povo enquanto meio para realização de outrem e não de si mesmo: "No reino dos fins, tudo tem

³⁴ Releve-se aqui que os elementos constitutivos da cultura dão a saber da identidade do homem. Saiba-se, então, que a identidade, no sentido de sua origem, suscita a interferência nela, enquanto subjetividade, a partir da “leitura” que o Outro faz do indivíduo identificado a partir dos valores que ostenta porque aderido a si. Para tanto, cf. HAESBAERT, Rogério. Migração e desterritorialização. In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA; Ademir Pacelli (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*, Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 40. Agora, anote-se que desterritorialização é um processo relativo aos espaços, tanto físico quanto virtual, e à mobilidade neles, seja mobilidade material, de pessoas propriamente ditas, ou imaterial, espacialmente aquela diretamente ligada aos fenômenos de comunicação virtualizados em face de propaganda informação através do ciberespaço. Cf. HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*, 2. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 236.

ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem preço, pode ser substituída por algo equivalente; por outro lado, a coisa que se acha acima de todo preço, e por isso não admite qualquer equivalência, compreende uma dignidade”³⁵.

Desta maneira posta, temos que o atendimento às demandas particulares em detrimento dos direitos fundamentais do povo brasileiro, em afronta absoluta à cidadania proclamada, através de práticas abusivas que se vem perpetrando – numa ação contínua e nunca finalizada, por aqueles que se dizem representantes deste mesmo povo, precisa estancar-se.

Afinal, a Constituição da República, após grandes discussões no âmbito da Comissão Afonso Arinos³⁶, nomeada pelo Decreto Presidencial nº 91.450, de 18 de julho de 1985, conforme previsto na Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, predispôs-se, segundo exposto pelo próprio Afonso Arinos de Melo Franco no anteprojeto constitucional, a “dotar o Brasil de instituições que atendam às mais sentidas necessidades do nosso povo, agora e para o futuro” quando cuidou de proteger a imagem que fulcrada sobre a dignidade da pessoa humana há de adensar sua interpretação.

³⁵ KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*, trad. Leopoldo Holzbach, São Paulo: Martin Claret, 2004, p. 65.

³⁶ Autor da lei contra a discriminação racial que como Lei Afonso Arinos se intitula (Lei nº 1.390, de 3 de julho de 1951), foi presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais (denominada Comissão Afonso Arinos), criada pelo Decreto nº 91.450 de 18.7.85, com o objetivo de preparar um anteprojeto que deveria servir de texto básico para a elaboração da nova Constituição. Em 1986, aos 81 anos, elegeu-se Senador da República, integrando a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 e, aos 5 de outubro de 1988, proferiu, como representante dos constituintes, o primeiro dos três discursos que marcaram a solenidade de promulgação da atual Constituição do Brasil. Sobre a vida e a obra deste brasileiro, COSTA, Virgílio. *Apresentação de Afonso Arinos*, v. 124, Brasília: Edições do Senado Federal, 2009, onde conta sobre esta figura incomparável da cena política e intelectual de nosso país, um dos nomes mais atuantes da história nacional do século XX, com ostentação de fortuna crítica e bibliográfica como escritor (autor de mais de sessenta livros), polemista, membro da Academia Brasileira de Letras, um dos fundadores do partido político UDN, deputado, ministro das Relações Exteriores e parlamentar constituinte.

7- A CORRUPÇÃO DA IMAGEM DE POVO E A CONJURAÇÃO CONSTITUCIONAL FRATERNA.

Aqui, abra-se um parêntesis para se apontar a corrupção do homem público que, até agora, foi compreendida do elenco de tipificações penais que a ele possam ser atribuídas, mas não se a tipificando como crime propriamente dito, o que, entenda-se, deve servir mais a diagnosticar moralidades imprestáveis à representação, vindo a inviabilizá-las, definitivamente, tanto explique que os condenados de sempre voltem a perpetrar outras iniquidades, nas sucessivas oportunidades que se inscrevem a tê-las porque imanente à sua natureza de bicho-homem, este que na sociedade civil busca apenas a satisfação de seu apetite subjetivo, distinto do ser humano que se lhe põe como projeto racional por baliza constitucional, esteja em voga a demanda pela efetivação dos direitos humanos, todos eles positivados e constantes da Constituição da República, que em seu art. 3º, I, inscreve, dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, “construir uma sociedade livre, justa e solidária”.

Portanto, a conjuração constitucional já no-la realizamos porque, como associação de indivíduos que somos e que enquanto cidadãos nos pomos diante do Estado, e cientes dos direitos de nossa personalidade, reconhecidos em nossa interioridade brasileira e em nossas projeções na sociedade globalizada, havemos de requerer proteção ao direito à nossa imagem de povo, esteja tudo proclamado na Constituição da República. Ora, o preâmbulo, cuja finalidade é mesmo retratar os principais objetivos do texto constitucional, enuncia o que de nós tomamos por princípios.

Pois, o Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil foi, deste modo, que a apresentou ao povo brasileiro para ser promulgada:

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em

Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

Observe-se, de pronto, a assunção do compromisso, na primeira pessoa do plural, dos representantes do povo brasileiro, com a premente responsabilidade de o representar. Em face da demanda por uma sociedade fraterna, portanto, humana³⁷, relevado o princípio da dignidade da pessoa humana, antes de tudo o mais, esta, sujeito de direitos fundamentais, ao regradar, em face da cidadania, a conduta do administrador público enquanto cidadão, também, entende de, com isto, dar-lhe condições de a representar com este propósito, numa relação horizontal por estarem no mesmo patamar.

O Estado é instância racional pelo que senão racionalmente os membros de seus poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário doutra forma não poderão fundar suas ações. Ora, a doutrina já explicara que

A lei é um querer universalmente reconhecido porque vontade do povo. A vontade transcendental que comunica racionalmente a demanda pela efetivação dos direitos humanos, o acesso ao que prescrevemos através da lei porque todos nós temos a consciência do que significa ser humano, o outro e nós

³⁷ Esclareça-se aqui, de modo a lançar lume às interpretações que suscitam o convencimento de que direitos humanos só cabem a humanos direitos, que o dever ser humano respeita não, apenas, à subjetividade, que em sua animalidade parece aproveitar-se da acolhida racional, mas à demanda de se reconhecer humano sendo, através do Outro que, mesmo “animal”, não pode ser medida de ação enquanto provocação, porquanto o equilíbrio de forças brutas não promove o ser humano, mas o bicho-homem. O animal racional precisa fazer as pazes consigo mesmo pelo privilégio deste percentual racional de si. Portanto, possa-se dizer: eu tenho o direito de ser humano e assim reconhecer-me sendo, no privilégio da Razão, que se não compromete pela aparência do que vindo a mim se apresentando símil, é essencialmente dispare.

mesmos. Tomado isso, a corrupção assume uma dimensão maior. O que se corrompe é a essência humana e apesar da aparência de homem já não se pode dizer que humano, dado o desvio do curso esperado. Veja-se que se trata da adulteração da essência daquele que enquanto homem público dele se esperava que realizasse o que prediz nossa vontade porque representante dela ou em nome dela nomeado. Corrupção é a deterioração, a alteração da pureza da essência humana³⁸.

Esteja em voga a imagem, portanto a aparência que quer apresentar a essência por similitude comum a todos os homens, seja a sinonímia rasa exposta na condição dicionarizada de nossa língua portuguesa, no momento atual, porque nem todo bicho-homem é ser humano³⁹, requer-se urgentemente, que se reconheça a dimensão que atingiu o clamor constitucional pela humanidade dos homens.

Já na esteira desta compreensão, a Ministra do Superior Tribunal de Justiça, Eliana Calmon, em voto de sua lavra reconheceu mesmo que “a lesão aos interesses de massa não podem ficar sem reparação sob pena de criar-se litigiosidade contida

³⁸ ANDRADE, A Fraternidade como direito fundamental, ob.cit., p. 186.

³⁹ Tomada a consciência hobbesiana de que o homem é o lobo do homem e que há uma guerra imanente de todos contra todos, fundamentando o que Hobbes pensa a respeito do estado natural em que vivem os homens, podemos dizer que se homem é o lobo do homem, nessa perspectiva temos o animal, e não o ser humano. Tomemos, então, que o homem é o lobo do homem no estado natural, ou seja, esse é o modo de ser do homem antes do seu ingresso no estado social. Nesta perspectiva, no estado de natureza, não há seres humanos, mas apenas homens. E bem aponta Hobbes que no estado de natureza “a utilidade é a medida do direito”. Ora, a utilidade diz respeito às coisas como pudesse dizer respeito aos homens enquanto animais, mas não enquanto seres humanos. A partir do entendimento de Hobbes, uma equação se põe à solução, porquanto a destruição do próximo impõe uma vida embrutecida e curta quando se é possível verificar o convencimento de que há no homem uma disposição natural para viver em sociedade. Assim, de um lado, se põem os que entendem que os homens não vivem em cooperação natural, quando em face do instinto de conservação os indivíduos entram em sociedade só quando a preservação da vida está ameaçada, e, de outro, os que se convencem de que o homem é um animal social quando a liberdade se constitui como norma e não como fato, como imperativo e não como comprovação. Mas, de tudo o que soçobra, a par das posturas que se queira, é que o homem se esforça para ser humano numa coletividade (ANDRADE, A fraternidade como direito fundamental, ob.cit., p. 48).

que levará ao fracasso do direito como forma de prevenir e reparar os conflitos sociais”. E continua explanando: “reparação civil segue em seu processo evolutivo, iniciado com a negação do direito à reparação do dano moral puro para a previsão de reparação do dano a interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, ao lado do já consagrado direito à reparação pelo dano moral sofrido pelo indivíduo e pela pessoa jurídica”⁴⁰.

Ora, quando se está a comunicar que corrompida a imagem de povo a partir da declarada corrupção enquanto prática de ilícitos pelo homem público que o retrata e cuja imagem se decompõe, no comprometimento da imagem dos representados, e tomado o princípio da dignidade humana que a nós nos reconhece humanos, portanto, bem como que proclamada pela Constituição da República a construção de uma sociedade fraterna como interesse tutelado pelo direito e tomando o direito como “instrumento para a busca e para a manutenção das condições necessárias para a realização do ser humano, ou seja, para o exercício de todas as suas potencialidades”; que sendo “meio para um fim: não encontra sua razão em si, mas a descobre no ser humano”⁴¹, o que se pretende revelar com isto é que não se enfrentar a ruína de nossa imagem de povo é apresentar-nos sem a consciência de pretensões constitucionais proclamadas, no desfazimento de nossa própria consciência de povo, este que declara de si que uma sociedade humana⁴², quando não a cultura, na concreção da razão realizada, mas a natureza do bicho-homem que

⁴⁰ STJ, REsp. nº 1269.494 – MT, Rel. Ministra Eliana Calmon, 2ª Turma, j. 24.09.2.013.

⁴¹ BAGGENSTOSS, Grazielly Alessandra. *A fraternidade como método relacional e fundamento institucional: proposta de mudança paradigmática da percepção do ser humano acerca de si, de sua comunidade e do direito*. In: VERONESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. (organização). *Direitos na pós-modernidade: a fraternidade em questão*, Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011, p. 202.

⁴² Aponte-se aqui que, em sua origem etimológica, *FRATER* nada comunicava a propósito de irmão por afinidade consanguínea ou associativa fosse, designando, em verdade, qualquer membro de espécie humana, da “família humana”. Para tanto, cf. JACQUARD A. *Filosofia para não filósofos*, São Paulo: Campus, 2004, p. 47.

não lhe permite buscar o bem comum, desmoraliza este povo representado na ideia que seu representante comunica dele.

A filosofia do direito que ampara a intervenção instrumental da lei com propósito, já reconheceu a fraternidade como fundamento de todos os direitos e por isso, direito fundamental, exatamente porque dela exsurge a abordagem que vivifica o reconhecimento de si a partir do outro na expressão absoluta da essência humana. Ser humano pressupõe ser humano e para ser humano, o dever ser humano deve efetivar-se. A existência humana é, pois, a realização da essência humana. O homem como ser humano se efetiva racionalmente, sendo, através do Outro, de modo que assim se reconheça. “O real é o racional e o racional é o real” (Hegel). Não é mais preciso que o homem aliene de si a ideia de ser humano tomado humano como predicado de Deus, Este sob cuja proteção se promulgou a Constituição da República do Brasil. O conceito de ser humano prevê a essência humana, não mais na sua imediatidade como homem, mera aparência, mas como resultado de um processo racional que exige a unidade, entre o homem que parece e o ser humano que é, essencialmente, sendo⁴³. Observe-se que a aparência, em sede objetiva de imagem, assume, afinal, a contextura demandante pela essência que, no representante do povo, a partir de parâmetros racionais, expostos na lei e na Constituição, não podem desatrelar-se sob pena de fragilizar a primeira face ao comprometimento da segunda, configurando o dano moral aos representados, tanto seja, essencialmente, que se querem projetados, dando

⁴³ Humano como predicativo do sujeito, temo-lo quando o verbo “ser” é de ligação, não expressando ação verbal, quando seja preciso que se faça mesmo uma declaração sobre o ente homem, quando temos que na expressão frásica, seja um lexema (unidade fundamental da língua que pode constituir-se de palavras, locuções ou morfemas), “ser humano” apresenta o sujeito indeterminado (verbo no infinitivo), pelo que o verbo “ser” adquire a intransitividade verbal, passando a indicar ação, mas como não tem sentido pleno, toma humano como adjunto adverbial de modo. Assim, como não decorre por óbvio que homem é humano, demandando dele uma ação para que assim se qualifique, a partir da ação de ser é que os sujeitos se podem determinar. Para tanto, ANDRADE, A fraternidade como direito fundamental, *ob.cit.*, p. 73.

a ver apenas uma cidadania eficaz, a que a imagem do representante reflete.

8. A AÇÃO POPULAR COMO INSTRUMENTO DE JUSTIÇA E PAZ SOCIAL ATRAVÉS DA SINGULARIDADE CIDADÃ PELO RESGATE DA IMAGEM DE POVO.

O princípio da moralidade na conduta dos poderes públicos, relativamente à gestão do património público, se põe pela realização dos fins a que se propõe o Estado. Através do art. 37 da Constituição da República, os representantes constituintes na altura entenderam de impor aos agentes públicos algumas regras enquanto modelo de conduta apropriada para suas funções, repudiando qualquer ação de má-fé, desonestidade ou qualquer uma que se dê em nome de interesses pessoais em desfavor da sociedade, caracterizando a lesividade da moralidade administrativa, o que, por sua vez, autoriza a anulação do ato através da ação popular⁴⁴, tanto se reconheça a mácula de direito do povo.

O Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, ora Presidente da República Portuguesa, já explicara, mui suficientemente ao entendimento promovido aqui, que o interesse público é o norte da Administração Pública, havendo de se individualizar o princípio da prossecução do interesse público em termos categóricos. E afirma:

Sendo a função administrativa uma função secundária do Estado, o que se traduz na sua subordinação ao princípio da legalidade, não cabe à Administração qualquer papel na escolha dos interesses a prosseguir, aquela está vinculada a prosseguir o interesse público tal como primariamente definido pela Constituição e objeto de concretização pela lei, através da identificação dos contornos das necessidades coletivas a satisfazer, da decisão da sua satisfação por processos colectivos e da definição dos termos mediante os quais tal satisfação deve

⁴⁴ cf. ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo coletivo: tutela dos direitos coletivos e tutela coletiva de direitos*, 5ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2.011, p. 80 e 82-87.

processar-se. O princípio da prossecução do interesse público constitui, portanto, um dos mais importantes limites da margem de livre decisão administrativa⁴⁵ (...)

Neste diapasão, tem-se que os membros dos Poderes enquanto representantes do povo só podem prosseguir o interesse público, ou seja, realizar apenas atos tendentes à satisfação do interesse público, estando proibidos de realizar, paralelamente, interesses privados, sobrelevando-se apenas os interesses especificados na lei em cada atuação administrativa legalmente respaldada. Deste modo posto, toda ação que empreendam, afora a persecução dos interesses públicos definidos pela lei, configura desvio de poder, acarretando sua invalidade do ponto de vista legal. O Prof. Doutor Fausto de Quadros, também, destacara a premência de a Administração Pública pautar-se, nos estritos parâmetros demarcados pelo princípio da legalidade - inarredável o comando constitucional - para a consecução de fins públicos, pelo que ensina:

No Direito Administrativo moderno, e, portanto, segundo a concepção actual de Estado de Direito, o princípio da legalidade (*Prinzip der Gesetzmässigkeit der Verwaltung* ou *Prinzip der Vorbehalt des Gesetzes*) exprime, não apenas um limite à actuação da Administração, mas, mais do que isso, o próprio fundamento jurídico da actividade administrativa, e de toda a actividade administrativa. Isto quer dizer, antes de tudo o mais, que todo e qualquer comportamento da Administração, não apenas a actividade unilateral, traduzida na aprovação de regulamentos e na prática de actos administrativos, como também a actividade bilateral, que se materializa na celebração de contratos administrativos - deve estar previsto e permitido por lei anterior, sob pena de se afectar a sua própria existência jurídica⁴⁶.

A ação popular inscreve-se, pois, como instrumento

⁴⁵ MATOS, André Salgado de; SOUZA, Marcelo Rebelo de. *Direito Administrativo Geral. Introdução e princípios fundamentais*, tomo I, Lisboa: Editora Don Quixote, 2008, p. 201.

⁴⁶ QUADROS, Fausto de. *O concurso público na formação do contrato administrativo. Alguns aspectos*, Lisboa: Revista da Ordem dos Advogados, ano 47, III, 1987, p. 701-736, p. 706-707.

legítimo para que a sociedade civil possa atuar diretamente na defesa do patrimônio público. Anote-se que ao patrimônio público, dentre o que, a imagem de povo se elenca, a moralidade pública adianta parâmetros objetivos para a mensuração da densidade imaterial deste patrimônio pertencente ao povo, que delega ao homem público sua representação e depois, por afronta a tais limites, vê a própria moralidade de povo em sua projeção institucional, pública seja, maculada pela subjetividade representante e sua moralidade particular, no empreendimento de atos administrativos que se dão, não pela acolhida das demandas do povo, mas para a promoção da satisfação de interesses privados que tomam o povo, então, como mero meio de sua realização, em afronta absoluta ao princípio constitucional da dignidade humana.

Dito assim, a ação popular aqui, a si adere mais cabimento para o pleito de defesa do direito à imagem de povo, dada à necessidade da responsabilização civil eficaz dos representantes-agressores, uma vez que os inquéritos e as denúncias, mesmo as que defluem em apenação judicial concreta, com privação de liberdade, tomado o curso das ações civis públicas com legitimação distinta do cidadão, não conseguem reprimir a prática do ilícito, esta que perpetua, em alguns casos, mesmo sob o cárcere, eternizando o dano moral na imorredoura providência da satisfação de apetites econômico-financeiros e morais que não cessam sua apetência e deglutem a dignidade do povo e todos os direitos fundamentais alicerçados nela e que não se efetivam por constrição de valores dos quais se aproveita a lubricidade. O dano moral ainda se conforma porque a impunidade, nestes termos verificada - quando o tempo de constrição da liberdade de ir e vir não é suficiente à restauração dos direitos maculados e o constrangimento da moralidade dissoluta - projeta a imagem de povo sob o estigma de que no Brasil “o crime vale a pena”.

É dogma constitucional que nenhuma ameaça ou lesão a

direito seja excluído da apreciação do Poder Judiciário⁴⁷. O povo brasileiro, ainda que pacífico, não é passivo, como se desse a submeter-se à afronta de seus direitos fundamentais sem reação, pelo que precisa suplantar quaisquer limitações arbitrárias, por entendimento ou ideologia, que comprometam o instrumental racional na busca pela efetivação de todos os direitos humanos que ora lhe soçobram positivados. Está-se a referir aqui ao princípio da supremacia constitucional, obstaculizadas, pois, as reservas legais⁴⁸ que se queiram por a partir do entendimento e da avaliação política de representantes, sob pena de o povo não se ver mais uma vez representado, impedido, enquanto titular, de usufruir de seu direito à imagem diante de si e do mundo.

Pela salvaguarda da moralidade pública, então, ponha-se o clamor objetivo que se conformou na manifestação do Ministro Celso de Mello, ao proferir pronunciamento na abertura do Ano Judiciário de 2.017:

O Judiciário, por isso mesmo não pode perder a gravíssima condição de fiel depositário da permanente confiança do povo brasileiro, que deseja preservar o sentido democrático de suas instituições e, mais do que nunca, deseja ver respeitada, em plenitude, por todos os agentes e Poderes do Estado, a autoridade suprema de nossa Carta Política e a integridade dos valores que ela consagra na imperatividade de seus comandos, sob pena de a instituição judiciária deslegitimar-se aos olhos dos cidadãos da República⁴⁹.

⁴⁷ Art. 5º, XXXV, da Constituição da República: A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

⁴⁸ “Mesmo nos casos em que o legislador está autorizado a editar normas restritivas, ele permanece vinculado à salvaguarda do núcleo essencial dos direitos ou direitos restringidos” - CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*, 3ª ed., Coimbra: Almedina, 1999, p. 430. Os direitos fundamentais podem sofrer restrição por determinação do texto constitucional, por reserva de lei restritiva, pela colisão entre direitos ou direitos e valores fundamentais, por força dos limites imanescentes, ou pela reserva de jurisdição que decorra de uma colisão de direitos em caso concreto. Assim posto em “resumo”, SANT’ANA, Juliana Silva Barros de Melo. *Os direitos fundamentais e a tipologia das restrições a que são submetidos*. Disponível em <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,os-direitos-fundamentais-e-a-ti-pologia-das-restricoes-a-que-sao-submetidos,50338.html> Acesso em 14.09.2017.

⁴⁹ Cf. Disponível em

Ademais, a responsabilização civil contemporânea, pautada na dignidade da pessoa humana e na solidariedade social, valores consagrados como fundamentos da República pela Constituição Federal de 1988, desvencilhou-se da concepção eminentemente individual e patrimonialista de outrora, passando a reconhecer a tutela dos direitos difusos e coletivos como imperativo para a promoção dos direitos fundamentais, quando a busca pela tutela da imagem contra o ultraje de terceiros se intensifica.

Verifica-se amiúde que os malfeitores do erário público promovem abalo na imagem e credibilidade do próprio ente público que representam, empresas públicas, casas legislativas, tribunais, etc. levando à estigmatização de seu nome, dificultando até mesmo o exercício da soberania que lhe é peculiar. Afeta, na mesma dimensão, as instituições públicas, desacreditando-as; violenta o próprio regime de direito; estimula a desobediência civil; dissemina maior resistência ao pagamento de tributos pela descrença gerada; desestimula o acesso de pessoas probas à gestão política de Administrações Públicas⁵⁰ bem como imputa comprometimento do acesso aos direitos fundamentais ao povo dada à constrição econômico-financeira que deflui a partir do ato que se pondo a outro propósito, inibiu o financiamento do que racionalmente tinha cabimento.

Ora, é de conhecimento comezinho que ante o estigma negativo, órgãos e empresas públicas são compelidas a mudar de denominação e sigla, porquanto seja a própria sigla motivo de desmoralização e deboche, associada aos atos de corrupção. O prejuízo moral é concreto e em face dessa lesão, o próprio órgão passa a fazer campanhas promocionais para resgatar sua

<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/Abertura2017.pdf> Acesso em 25.07.2017

⁵⁰ Para tais consequências, SOUZA, Antônio Winkert. *Ação popular: reparação do dano ao ente público por ato de imoralidade administrativa*. Disponível em <http://www.tribunapr.com.br/noticias/acao-popular-reparacao-do-dano-ao-ente-publico-por-ato-de-imoralidade-administrativa> Acesso em 14.08.2017.

credibilidade. Assim, é essencial impor-se o dever de indenizar por danos morais à imagem de povo, como forma de combater-se a impunidade do agente público (e terceiros) que, não obstante a reconhecida prática do ilícito, saem ilesos, sem sofrer qualquer medida de caráter punitivo, compensatório e indenizatório, de modo a contrabalançar os danos sofridos pelo povo, e de alerta e como forma de dissuadir a prática da corrupção.

O Brasil é carente de decisão nesse sentido, mas na Itália, o Tribunal de Roma⁵¹ já reconheceu o dano não patrimonial, por fato que, constituindo ato de corrupção, legou o convencimento de que se tratava de delito lesivo à dignidade, respeitabilidade e credibilidade do Estado.

Por tudo isto, diante do caráter coletivista do direito, pela reparação dos danos morais há de mensurar-se os prejuízos extrapatrimoniais decorrentes das condutas, categoria na qual se incluem os danos morais a direitos coletivos, difusos em sua extensão, onde se conforma, pois o comprometimento do patrimônio imaterial do povo brasileiro, lugar em que se insere o direito à imagem e aqui, entenda-se, o direito à imagem de povo propriamente dito, e indenizar-se o povo quando, na fixação do *quantum* indenizatório, face aos atos administrativos comprovadamente ilícitos a expô-lo, deverá ser observado o direito à imagem como direito transindividual, porquanto a função compensatória individualizada, que prevalece na seara dos danos individuais, por óbvio, fica prejudicada, dada a inviabilidade de identificação dos sujeitos atingidos, senão enquanto povo ou massa, como dissera a Ministra Eliana Calmon a propósito dos interesses que vem exigindo reparação, quando o direito enquanto instrumental objetivo há de enfrentar a litigiosidade observada sob pena de os conflitos sociais se instaurarem definitivamente. Porque, afinal, “o Direito é o arcabouço disponibilizado à

⁵¹ Cf. ALPA, Guido; BESSONE, Mario; CARBONE, Vincenzo. *Atipicità dell illecito/II-diritti della personalità e danno morale*, terza edizione, Milano: Dott A.Giuffe Editore, 1993, p. 335.

sociedade, que separa o joio do trigo, e que permite o progresso dessa sociedade”⁵².

De fato, a integração dos indivíduos à totalidade do povo - “um por todos e todos por um” – ora resulta, definitivamente, da permanente correlação entre a necessária individualização, racionalmente promovida, relevada a dimensão dos direitos de personalidade adstritos à subjetividade cidadã, e a consolidação da dimensão social deste mesmo sujeito, membro da coletividade que assim o reconhece, sob os auspícios da Constituição da República, a que toma, definitivamente, princípios e valores como imperativos determinados por um homem que se esforça, seja como for, no percurso da Razão, em sua História, para Ser Humano.

Finalmente, apenas, diga-se que o sujeito de cidadania, aos brados, reverberando o que lhe comunica a Constituição da República, a propósito do que vê como enxerga, com a devida adequação metafórica na realização da paráfrase que o conto de Hans Christian Andersen autoriza, apenas declara: o rei está nu! E desnudo, seja o representante do povo, expõe-no ao vexame porque esta imagem resvala através de todos os meios de comunicação em amplidão nacional e planetária. A veste mágica que os corruptos intentam tecer para o rei corrompido e a que dolosamente proclamam só poder ser vista pelos puros é, em verdade, empulhação deles, os que se banqueteam às custas dos representados, no privilégio da aparência do bicho-homem em detrimento da essência humana. Pois, senão pelo fasto na efetivação dos direitos constitucionalmente proclamados, não será para o nefasto que se inscreverá o povo, cuja voz, a que comunica o ditado popular que “voz de Deus”, donde emana o poder que em seu nome deve ser exercido, comunica: não estamos mais enganados. O rei está nu, o rei está nu, o rei está nu!

⁵² DYMETMAN, Annie. *Da mediação à transmediação de conflitos*, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2011, p. 39.

9- CONCLUSÃO.

A fechar este artigo a que nos propomos confeccionar, estamos certos que algumas conclusões, umas mais importantes que outras, é lícito extrair:

1ª. Como reação à deterioração moral declarada a partir da comprovação de atos de corrupção dos representantes do povo brasileiro à frente dos Poderes da República, suscita-se a crivagem de novos limites para o direito à imagem, porquanto comprometida a imagem do povo brasileiro, então representado a partir deles. Imagem de povo, pois, que aqui se definiu como o conjunto de qualidades que o mundo atribui aos membros de uma nação territorializada, sua representação significada a partir da imagem que projeta e com a qual se identifica, a que se revela a partir da relação entre indivíduo e comunidade, particularidade e universalidade, entre diferença e identidade, até a afirmação da subjetividade autônoma na pertença comunitária de uma cidadania.

2ª. Ante a comprovada inversão dos valores constitucionais do que se quer, o querer racional conformado na manifestação volitiva transcendental do povo, parametrizada pelo dever ser e a prevalência do interesse social sobre o interesse individual, entendeu-se a necessidade de se responsabilizar aquele que exerce sobre a opinião pública notoriedade capaz de motivar interpretações, sendo inevitável ampliar-se a proteção do direito à imagem, como também o próprio conceito de imagem a partir do povo, imagem-atributo adstrita à imagem do representante;

3ª. O direito à imagem está dentre os direitos da personalidade que são direitos subjetivos, mas como asseguram à pessoa a defesa do que lhe é próprio, dentre o que sua integridade moral, uma vez maculada a integridade moral do povo brasileiro, exposta na moralidade pública pela subjetividade moral comprometida, a coalização de direitos subjetivos que se assomam no relevo de um direito subjetivo próprio, inerente ao fato de ser

cidadão da República do Brasil, com uma "imagem social", esse conjunto de características sociais dos indivíduos que somos e nos caracteriza socialmente enquanto cidadãos brasileiros num todo, autoriza-nos enquanto coletividade uníssona, a ascender o povo à categoria de sujeito de cidadania, portanto, sujeito de direitos a ela inerentes, quando o plúrimo se unifica rogando pela distensão da compreensão tanto do sujeito como do direito à imagem que a si lhe deve ser reconhecido e protegido;

4^a. A proteção do direito à imagem, defronte da expressiva evolução tecnológica e seus reflexos na sociedade, nos dá a exata dimensão da distensão necessária a exigir providências legais em face da demanda ética que se conforma na atualidade. A evolução tecnológica vem promovendo agressões ao direito à imagem e, em contrapartida, os conflitos que requerem solução judiciosa, seja esta ameaça à imagem de povo que se confirma cada vez mais severa, reclamando providências para se encontrar uma resposta adequada para a defesa deste direito, seja a necessidade premente de nossa preservação na sociedade globalizada. O direito à imagem face ao progresso das comunicações e à importância que a imagem adquiriu no contexto publicitário, bem como a facilidade de sua captação e difusão, vem-lhe causando uma grande exposição, agregando-lhe valores e desvalores expressivos. A tessitura da imagem de povo que hoje o tecido virtual enreda nas redes sociais, para além do que a retalham os retalhos morais televisionados a partir do que experimentam os sentidos, dá-se à representação mental do que seja aquele povo e a necessidade de responsabilizar-se quem o representa, então;

5^a. Urge seja promovida uma proteção suficiente aos direitos de personalidade do povo que somos, concebendo meios de tutelar todos os atributos inerentes ao brasileiro, conforme proclama a Constituição de 1988 como pórtico para a afirmação da defesa à imagem de povo, seja o enlevo da dignidade humana na condição de um valor fundamental do povo, desde 1988;

6^a. Especificou-se a ideia de que a imagem engloba

exteriorizações da personalidade em seu conceito social, dentre o que a reputação indissociável de seu titular. Assim, a partir da Constituição da República, onde necessariamente estão explicitados todos os elementos integrantes do ajuste de vontades do povo, a pessoa que o representa é responsável por sua imagem, com prevalência do interesse social, ou seja, com o direito da coletividade sobrepondo-se ao direito individual;

7ª. Esteja em voga a imagem, portanto, a aparência que quer apresentar a essência por similitude comum a todos os homens, seja a sinonímia rasa exposta na condição dicionarizada de nossa língua portuguesa, no momento atual, porque nem todo bicho-homem é ser humano, requer-se, urgentemente, que se reconheça a dimensão que atingiu o clamor constitucional pela humanidade dos homens e a demanda por se os distinguir a partir desta perspectiva. Neste ponto, apontamos a corrupção do homem público como o que dele dá-se ao diagnóstico de uma moralidade imprestável à representação, vindo a inviabilizá-la, definitivamente, porque imanente à sua natureza de bicho-homem, este que na sociedade civil busca apenas a satisfação de seu apetite subjetivo, distinto do ser humano que a si se põe a realizar-se como projeto racional por baliza constitucional;

8ª. Afastada a ideia de que aqui se pudesse estar a querer o reconhecimento da personalidade jurídica do povo, tomou-se a ilação possibilitada, esta que racionalmente quer inscrever o povo enquanto sujeito de cidadania, partícipe ativo da governança a que se submete, através do direito e do instrumental jurídico, sobretudo reconhecendo esta demanda sob a compreensão de que o processo é instrumento de justiça e paz social, alternativa ao uso da força bruta, pondo-se Direito e Processo, então, pelo povo e por uma dominação legítima face à uma resistência, também, legítima que se conforma a enfrentar o que tem representado de si e a si não corresponde;

9ª. Quanto à necessidade de que para se cogitar de indenização por dano moral, é necessário que os ofendidos

demonstrem, de forma cabal, que os atos tidos como causadores do dano tenham ultrapassado a esfera daquilo que deixa de ser razoável, não se pode dizer que o que atinge a imagem do povo brasileiro hoje, a partir da imagem de seus representantes, no comprometimento da outorga constitucional propriamente dita, corresponde ao que o homem-médio aceita como fato comum à sociedade, mesmo porque se trata da prática de crimes que no infundo das tipificações subjetivadas defluem na comprovação do crime de corrupção;

10ª. A fechar este conclusivo número capitular, cumprenos relembrar que o direito é, antes do mais, meio de pacificação social, a que ora se socorre o povo pela potência racional do instrumental de enfrentamento do bicho-homem pelo ser humano, na demonstração da incongruência entre aparência e essência, entre a imagem de representantes e de representados, pela superação da utilidade do cidadão como medida do direito que se tenta promovido, ao arrepio de todo critério da Razão, demonstrando o comprometimento da cidadania fundada na Constituição da República Federativa do Brasil e na vontade do povo, que ora se degenera em vontade de particulares, pelo que a Justiça enquanto estrutura judiciária precisa compreender seu fundamento na Justiça como distribuição igual de liberdade, na constrição igual dos arbítrios, e pelo povo, que ora lhe revela o dano de seu direito à imagem, possa pacificamente lhe promover a restauração de seu patrimônio imaterial e o respeito por si mesmo, na ampliação de uma tutela normativa efetiva, dada à extensão que o direito à imagem ora assume.



10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

1. ALMEIDA, Agassiz. *Glória política de um império tropical: a formação do constitucionalismo brasileiro*, Revista de Informação Legislativa, Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, ano 38, nº 149, jan.-mar., p. 91-110, 2001.
2. ALPA, Guido; BESSONE, Mario; CARBONE, Vincenzo. *Atipicità dell'ilecito II - diritti della personalità e danno morale*, terza edizione, Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1993.
3. ANDRADE, Maria Inês Chaves de. *A fraternidade como direito fundamental – entre o ser e o dever ser na dialética dos opostos de Hegel*, Coimbra: Almedina, 2010.
- ANDRADE, Maria Inês Chaves de. *O fraternalismo como síntese entre o idealismo de Hegel e o materialismo histórico e dialético de Marx*, Revista Jurídica Luso-Brasileira, Ano 1 (2015), nº 6, p. 1077-1112 e Belo Horizonte: Revista *Meritum*, v. 10, nº 1, jan./jun., 2015, p. 199-237.
4. ANGELLA, Fábio Luiz; CARRA, Cesar Augusto. *Evolução do direito à imagem: breves considerações acerca de sua proteção no direito constitucional positivo e no comparado*. Disponível em www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/3a01aj5a/1y7TZ0uxK7hC1b1j.pdf
5. ARAÚJO, Aloízio Gonzaga de Andrade. *O direito e o estado como estruturas e sistemas: um contributo à teoria geral do direito e do estado*, Belo Horizonte: Movimento Editorial da Faculdade de Direito da UFMG, 2005.
6. BAGGENSTOSS, Grazielly Alessandra. *A fraternidade como método relacional e fundamento institucional: proposta de mudança paradigmática da percepção do ser humano acerca de si, de sua comunidade e do direito*. In: VERO-NESE, Josiane Rose Petry; OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. (organização). *Direitos na pós-modernidade: a fraternidade em questão*, Florianópolis:

- Fundação Boiteux, 2011.
7. BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*, São Paulo: Martins Fontes, 1999.
 8. BITTAR FILHO, Carlos Alberto. *Os direitos da personalidade*, 6ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
 - BITTAR FILHO, Carlos Alberto. *Do dano moral coletivo no atual contexto jurídico brasileiro*. Disponível em <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/ane-xos/30881-33349-1-PB.pdf>
 9. BROCHADO, Mariah. *Direito e ética: a eticidade do fenômeno jurídico*, São Paulo: Landy, 2006.
 10. CANOTILHO, J.J. Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*, 3ª ed., Coimbra: Almedina, 1999.
 11. COSTA, Virgílio. *Apresentação de Afonso Arinos*, v. 124, Brasília: Edições do Senado Federal, 2009.
 12. DYMETMAN, Annie. *Da mediação à transmediação de conflitos*, Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2011.
 13. FIGUEIREDO, Luís Claudio. *Foucault e Heidegger. A ética e as formas históricas do habitar (e do não habitar)*, São Paulo: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, outubro de 1995.
 14. FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976), São Paulo: Martins Fontes, 2000.
 15. GIRALDI, Janaina de Moura Engracia e CARVALHO, Dirceu Tornavoi. *A influência da imagem do Brasil nas atitudes com relação a produtos brasileiros*. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/read/article/view/40160>
 16. GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. *Das necessidades humanas aos direitos: ensaio de sociologia e filosofia do direito*, Belo Horizonte: Del Rey, 1999.
 17. HAESBAERT, Rogério. *Migração e desterritorialização*.

In: PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA; Ademir Pacelli (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*, Rio de Janeiro: Revan, 2005.

— *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*, 2. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

18. HELLER, Agnes. *A crise dos paradigmas em Ciências Sociais e os desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999
19. JACQUARD A. *Filosofia para não filósofos*, São Paulo: Campus, 2004.
20. KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*, trad. Leopoldo Holzbach, São Paulo: Martin Claret, 2004.
21. LEAL, Rosemiro Pereira. *Processo como teoria da lei democrática*, Belo Horizonte: Fórum, 2017.
22. LIMA, Arnaldo Siqueira de. *O direito à imagem: proteção jurídica e limites de violação*, 2ª ed., Brasília: Universa, 2005.
23. MATOS, André Salgado de; SOUZA, Marcelo Rebelo de. *Direito administrativo geral. Introdução e princípios fundamentais*, tomo I, Lisboa: Editora Don Quixote, 2008.
24. MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. *Dano moral coletivo*, São Paulo: LTr, 2004.
25. MORAES, Walter. *Direito à própria imagem*, 1ª Edição. São Paulo: Saraiva, 1977.
26. ORSINI, Adriana Goulart de Sena; SANTIAGO, Mariana Ribeiro; FÉLIX, Ynes da Silva. *Teoria dos direitos fundamentais*. Santa Catarina: XXIV Encontro Nacional do CONPEDI/UFS, 2015; ANGELLA, Fábio Luiz; CARRA, Cesar Augusto. *Evolução do direito à imagem: breves considerações acerca de sua proteção no direito*

- constitucional positivo e no comparado*. Disponível em www.conpedi.org.br/publicacoes/c178h0tg/3a01aj5a/1y7TZ0uxK7hC1b1j.pdf
27. PASSOS, J. J. Calmon de. *Tutela jurisdicional das liberdades*, Revista Eletrônica de Direito do Estado (REDE), Salvador: Instituto Brasileiro de Direito Público, nº 16, outubro/novembro/dezembro, 2008. Disponível em <http://www.direitodoestado.com.br/rede.asp>
28. PEREIRA, Américo. *Da ontologia da “polis” em Platão*, Coleção Lusofonia, Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2011. Disponível em http://www.lusosofia.net/textos/pereira_americo_ontologia_da_polis_em_platao.pdf
29. PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA; Ademir Pacelli (Orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*, Rio de Janeiro: Revan, 2005.
30. PRADA, Vicente Herce de la. *El derecho a la propia imagen y su incidencia en los medios de difusión*, Barcelona: Bosch Editor, 1994.
31. QUADROS, Fausto de. *O concurso público na formação do contrato administrativo. Alguns aspectos*, Lisboa: Revista da Ordem dos Advogados, ano 47, III, 1987, p. 701-736.
32. RAMOS, André de Carvalho. *Ação civil pública e o dano moral coletivo*, São Paulo: Revista dos Tribunais, Revista de Direito do Consumidor, nº 25, jan./mar., 1998.
33. SALGADO, Joaquim Carlos. *A ideia de justiça em Hegel*, São Paulo: Loyola, 1996.
34. SANT’ANA, Juliana Silva Barros de Melo. *Os direitos fundamentais e a tipologia das restrições a que são submetidos*. Disponível em <http://www.conteudojurdico.com.br/artigo,os-direitos-fundamentais-e-a-tipologia-das-restricoes-a-que-sao-submetidos,50338.html>

35. SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*, 5ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
36. SARTORI, Giovanni. *Homo videns: la sociedade teledirigida*, Madri: Santiliana, 1988.
37. SOUZA, Antônio Winkert. *Ação popular: reparação do dano ao ente público por ato de imoralidade administrativa*. Disponível em <http://www.tribunapr.com.br/noticias/acao-popular-reparacao-do-dano-ao-ente-publico-por-ato-de-imoralidade-administrativa>
38. TORRES, Patrícia de Almeida. *Direito à própria imagem*. São Paulo: LTr, 1998.
39. VIANA, Mário Gonçalves. *Ética geral e profissional*. Porto: Figueirinhas, [s.d.].
40. ZAVASCKI, Teori Albino. *Processo coletivo: tutela dos direitos coletivos e tutela coletiva de direitos*, 5ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2.011.